

1º DE MAIO: TRABALHO E MEMÓRIA



Editorial

*O dia 1º de maio é a celebração histórica das conquistas da classe trabalhadora que soube enfrentar com ousadia os desafios da revolução industrial, bárbara na sua gênese, um 'moinho satânico' na expressão de Karl Polanyi. O primeiro de maio é a data-símbolo da capacidade que a classe operária teve de civilizar a revolução industrial. Os mártires de Chicago lutavam pela jornada de trabalho de oito horas. Na revolução pós-industrial, na era das tecnologias da informação e da comunicação, novos e ingentes desafios se apresentam aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e do Mundo. Este **IHU On-Line** apresenta uma série de subsídios para a discussão sobre a centralidade ou não do trabalho na vida das pessoas, hoje, um depoimento candente de uma liderança dos 'piqueteros' da Argentina com a sua consigna 'que se*

vayan todos', a problemática do ócio e da felicidade. Que a celebração deste primeiro de maio inspire a nós todos e todas a encontrarmos saídas ousadas e criativas para os desafios que a nova realidade do trabalho nos apresenta. Para isto é necessário que não percamos a memória. O filme que apresentamos neste número se intitula **O Homem sem Passado**. O comentário que apresentamos, por sua vez, não por acaso se intitula 'Homem sem Memória'. Não por acaso, pois, escolhemos este filme como 'filme da semana' nesta em que comemoramos o 1º de maio. E para não perdermos a memória, José Luís Fiori lembra as experiências socialistas que no século XX fracassaram quando quiseram gerir de maneira ortodoxa, neoliberal, as economias pretendendo assim responder aos desafios colocados pelas novas classes trabalhadoras. Isto sempre significou, como o mostra com acuidade o articulista, um desastre para os (as) trabalhadores(as). Fazer esta memória neste primeiro 1º de maio do governo Lula é importante. Que nem nós na academia, nem quem está hoje no governo, não sejamos homens e mulheres sem passado, sem memória.

'Piqueteros': um discurso sobre o poder

Jorge Ceballos é advogado e coordenador Nacional do Movimento Piqueteros, Barrios de Pie (Bairros de pé) desde sua criação em dezembro de 2001. Ceballos concedeu uma entrevista por telefone ao IHU On-Line, na quinta-feira passada, portanto nas vésperas das eleições na Argentina, para conversar sobre a realidade do trabalho naquele país e as alternativas propostas pelo movimento à atual situação argentina.

IHU On-Line- Como definiria o movimento dos Piqueteros?

Jorge Ceballos- O definiria como um produto e uma consequência do modelo neoliberal que desde 1976 gerou índices altíssimos de desemprego. Os ex-empregados se organizaram e deram essa resposta. Os piquetes surgem especialmente nas cidades que dependiam do petróleo. Ao privatizar a Yacimientos Petrolíferos Fiscales – YPF -, essas cidades ficaram como cidades fantasmas e seus habitantes, nos bairros, começaram a se organizar. É um movimento com uma ampla participação de base que não tem um centro, uma fábrica, um sindicato, mas é uma forma de democracia mais direta.

IHU On-Line- A consigna "que se vayan todos" (que todos se vão) já tem atravessado fronteiras, qual o significado dessa frase para o Movimento?

Jorge Ceballos- Que todos se vão se refere aos atuais dirigentes políticos e sindicais –que foram cúmplices e traidores ao implantarem todo esse modelo neoliberal –, que se vão também os juízes.

IHU On-Line- Um modelo sem representações nem partidos políticos?

Jorge Ceballos- Não. Queremos uma renovação política e sindical. Que vão embora os que estão atualmente e que venham outros. Claro que precisamos de partidos e de organizações, mas que sejam do povo.

IHU On-Line- Qual a característica específica do *Barrios de Pie*?

Jorge Ceballos- *Barrios de pie* luta especificamente contra duas coisas: a fome e o desemprego. Por isso temos refeitórios populares. Em torno deles, estrutura-se o Movimento.

Ali também discutimos que Argentina queremos. Essa estrutura do refeitório aproximou muitas mulheres. Elas têm um papel fundamental, não só na tarefa específica do refeitório, mas também na direção do Movimento. Também se aproximaram muitos jovens e desempregados. Tentamos trabalhar outras áreas como a saúde, a educação popular, a cultura. Também levamos adiante hortas e padarias comunitárias, empreendimentos laborais, apoio escolar e alfabetização, oficinas de educação popular, bibliotecas populares, campanhas de saúde e formação de agentes de saúde, oficinas sobre violência familiar, atividades vinculadas com a cultura e a comunicação. Busca-se o protagonismo de todos. O movimento é forte se todos participam com consciência. Nosso lema é uma Argentina para todos.

IHU On-Line- Como funcionam os “piquetes”?

Jorge Ceballos- Ocupamos rodovias, ruas, pontes; a metodologia é muito diversa. O importante é que o sistema saiba que a Argentina tem excluídos que querem viver com dignidade.

IHU On-Line- E o que conseguem?

Jorge Ceballos- Conseguimos subsídios do Governo, comida e, sobretudo, dignidade: estamos em pé, não aceitamos a situação atual da Argentina. Não a queremos submetida a um poder externo. Queremos uma sociedade diferente em relação à distribuição das riquezas e também com outros valores, uma mudança moral, onde o centro seja o humano.

IHU On-Line- Excluem, então, o uso da violência?

Jorge Ceballos- A violência a impõe o modelo, o sistema vigente. Nós lutamos para acabar com essa violência. Eles querem impor o terror, dizer “aqui ninguém levante a cabeça”. Mas, nós também fazemos referência; nós, por exemplo, cortamos a rodovia e, quando nós fazemos isso, a autoridade somos nós, eles vêm falar conosco. E supostamente não se pode fazer isso pelo artigo 194 do Código Penal: obstrução da via pública. Mas há um direito anterior a esse que é o direito à vida e nós o fazemos valer e dizemos: aqui a autoridade somos nós. Estamos construindo com isso uma visão, uma compreensão do tema do poder. O poder é deles se nós queremos, mas o poder é nosso quando nós o vencemos.

IHU On-Line- Como vê a realidade do trabalho na Argentina atual?

Jorge Ceballos- Na Argentina, 33% da população ativa está desempregada, mais de 20% está subempregada, ou seja, mais da metade da população economicamente ativa tem problemas de trabalho. Em um país com 37 milhões de habitantes, há 19 milhões de pobres e 9 milhões de indigentes. Por outro lado, o povo tem mostrado, nessas circunstâncias tão graves, que há uma reserva de solidariedade muito grande. Apesar de todo o individualismo que estimulou esse poder neoliberal, dizendo ‘*hacé la tuya*’ “não te preocupe com os outros”, “tens possibilidades de ascender”, “pisa a cabeça do outro”.

IHU On-Line- Qual é a postura do movimento em relação às próximas eleições?

Jorge Ceballos - É uma farsa eleitoral. As eleições não vão mudar o destino do País. As eleições consagram o “que fiquem todos”. Na segunda-feira, dia 28 de abril, após a eleição, chega à Argentina a delegação do FMI para sentar com os dois candidatos que vão para o segundo turno. As pessoas votam, mas não decidem. Nós defendemos a anulação do voto ou o voto em branco.

IHU On-Line- Qual o modelo de sociedade que discutem e que lugar ocuparia o trabalho dentro desse modelo?

Jorge Ceballos- O trabalho tem um papel essencial. Um modelo de trabalho que ajude a explorar as riquezas naturais e humanas que temos no País. Que traga uma justa retribuição para os méritos. Aqui existem muitas pessoas que juntam dinheiro, embora não trabalhem. O trabalho é central no compromisso de construir o País e deve ser dessa forma retribuído.

ÓCIO HUMANISTA

Entrevista com Concha Maiztegui

*Concha Maiztegui, psicóloga e doutora em Educação do Ócio, é professora no Instituto de Estudos do Ócio na Universidade de Deusto, em Bilbao, Espanha, uma das únicas da Europa que forma pesquisadores no assunto, promovendo uma revolução educacional e quebrando a estrutura tradicional do ensino, que ainda coloca o desempenho e a competição em primeiro lugar. A professora esteve na Unisinos, já que a Instituição que ela representa tem uma parceria com o Centro de Ciências da Saúde da Universidade. Ela acompanhou projetos de desenvolvimento comunitário como o Prumo e o Sapecca e visitou o IHU. A professora é também orientadora do doutorando e professor de Educação Física da Unisinos Cláudio Gutiérrez Concha conversou com **IHU On-Line** a respeito da importância do ócio humanista no desenvolvimento integral da pessoa.*

IHU On-Line- Como definiria o ócio humanista?

Concha Maiztegui- É uma experiência gratificante integral da pessoa e um direito humano fundamental. Preferimos defini-lo como experiência e não como atividade. Experiência humana complexa, em atuações livres e pessoais. Defendemos o ócio como direito humano básico e que seja reconhecido no direito internacional como tal. O ócio está ligado ao cotidiano, ao que produz satisfação, à percepção de liberdade, a um desafio pessoal. Ele colabora com a construção da identidade, alimenta uma ilusão, um projeto. Alguém me dava hoje o exemplo de um porteiro que coleciona cartões de telefone. Essa atividade desperta uma busca, lhe dá uma outra forma de conhecimento. Ele não é só um trabalhador.

IHU On-Line- Nas nossas sociedades de consumo se fala muito em prazer. Qual seria a diferença com o ócio humanista?

Concha Maiztegui - Eu estabeleceria uma diferença entre o obter prazer e o desfrutar. O prazer requer menos esforço e é mais rápido. Para desfrutar é necessário fazer um esforço. Quem gosta de escalar montanhas precisa fazer um esforço, acordar cedo, ir até o lugar e uma vez lá vencer seus próprios limites, mas isso dá uma sensação de conquista, uma recompensa.

IHU On-Line- O ócio das pessoas se ajusta também às possibilidades sociais e econômicas?

Concha Maiztegui - No ócio se reproduzem às diferenças que se dão em outros contextos sociais. Mas, muitas vezes há muitas formas gratuitas de ócio. Aqui no Brasil tem, por exemplo, as escolas de samba: as pessoas passam o ano todo em função disso desde a elaboração das roupas, as coreografias, as relações que ali se dão. O importante está na capacidade de desfrutar. Quem não tem essa capacidade cai no aborrecimento, não sabe o que fazer, nada lhe motiva e muitas vezes cai no ativismo que leva a não afrontar a carência de sentido.

IHU On-Line- Ócio e trabalho são incompatíveis?

Concha Maiztegui - São coisas diferentes. No trabalho se podem ter experiências mais potenciadoras que podem ser complementares. Na Europa há muitas empresas que organizam o ócio dos empregados. Mas isso é um pouco ambíguo, pode ser que realmente ampliem as oportunidades ou pode ser uma intromissão da empresa no tempo livre e mais pessoal dos empregados.

IHU On-Line- De que depende o desenvolvimento da capacidade de desfrutar?

Concha Maiztegui – A família é um espaço privilegiado. Há famílias que potenciam mais essa capacidade de desfrutar. É um desafio e um esforço, implica vencer a preguiça e dar um salto na rotina, romper os hábitos de comodidade. Quem quer jogar futebol todos os sábados, deve fazer um pequeno esforço.

IHU On-Line- Apesar da desagregação da família moderna, ela é espaço para aprender o desfrute?

Concha Maiztegui - Eu parto do fato de que estamos numa sociedade em que há menos crianças, portanto menos filhos aos quais se dedicar e relações mais próximas entre pais e filhos. Nas gerações anteriores não era freqüente os avós ou os pais brincarem com os filhos. Eles deviam chamar os pais de o Sr. e a Sra. etc. Hoje o adulto brinca com a criança e isso é uma mudança social. Mudou o papel do pai e da mãe, é outro tipo de modelo parental. A família, nesse sentido, está mais próxima de ser um lugar para aprender o desfrute. O jogo é um momento privilegiado porque em outros momentos os pais cobram dos filhos as notas na escola, a boa conduta etc. No jogo, pais e filhos vivem uma forma de igualdade que é importante para a construção da identidade e o desenvolvimento da capacidade de desfrutar.

A REALIDADE: UMA VISÃO FEMINISTA E ECOLÓGICA

*Reproduzimos, na íntegra, a entrevista de Vandana Shiva concedida ao jornal **El País**, em 24 de abril de 2003. Vandana Shiva é física, filósofa e uma destacada ativista do movimento ecológico. Na Índia, deixou para trás uma vida de conforto e o status intelectual de uma professora de alto nível para lutar pelos menos favorecidos. Começou ajudando a preservar as florestas do Himalaia nos anos 70. Hoje, coordena a **Fundação Pesquisa para Ciência, Tecnologia e Ecologia** – um dos centros internacionais mais importantes do pensamento antiglobalização – e a **Organização Navdanya – Sementes de Liberdade**, uma propriedade orgânica em que se ensina como produzir alimentos, respeitando a natureza. Autora de uma dezena de influentes livros, entre eles: SHIVA, Vandana. **Biopirataria. A pilhagem da natureza e do conhecimento**, Vozes: Petrópolis, 2001, 149 páginas.*

*Vandana Shiva estará presente aqui na Unisinos por ocasião do Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal, quando proferirá a conferência **O planeta água e a emergência da vida**, no dia 22 de maio, quinta-feira, das 20h às 21h30min. Os subtítulos e a tradução da entrevista são dos nossos colegas do CEPAT- Curitiba, aos quais agradecemos.*

A biopirataria – nova forma de colonialismo

El País – O que é biopirataria?

Vandana Shiva – É o equivalente atual à pirataria do ouro de outras épocas. Consiste no fato das empresas ocidentais assumirem os direitos sobre a biodiversidade e o conhecimento nativo das comunidades autóctones. A biodiversidade se converteu em ouro. Com meios pouco legítimos, assumem os novos direitos de propriedade sobre o patrimônio coletivo das comunidades do sul e assim roubam sua riqueza básica e única.

El País – As patentes são uma nova forma de colonialismo?

Vandana Shiva – O primeiro colonialismo tomava o ouro e o território. Consideravam que as terras estavam “desocupadas”, como se as pessoas humanas daquele lugar fossem menos humanas. Agora, coloniza-se a biodiversidade e, no lugar das terras “desocupadas”, considera-se que as mentes locais estão vazias, como se a inovação, a capacidade intelectual fosse algo apenas do ocidente, o que lhes permitem ficar com a propriedade intelectual. Esse colonialismo

é o equivalente ao que se fez com o museu do Iraque, em que 7 mil anos de história foram destruídos por vândalos. Na biodiversidade, são milhões de anos de evolução humana.

Monocultura mental – um desastre

El País – O que é a monocultura mental?

Vandana Shiva – Destroçar espaços com 400 ou 500 espécies vegetais para se plantar apenas uma e afirmar que se está aumentando a produtividade. Se a sua mente está concebida para ver só a monocultura da polpa, um bosque natural pode parecer improdutivo.

El País – Você considera que há diferenças entre os transgênicos comerciais e o arroz transgênico com vitamina A?

Vandana Shiva – Não, não há diferença. Ambos vendem uma ilusão: a de produzir mais quantidade com menos impacto ambiental ou a de prevenir a cegueira. Ambos produzem monoculturas e reduzem a disponibilidade nutritiva. O arroz dourado, depois de milhões de dólares gastos, tem 30 miligramas de equivalente de vitamina A para cada 100 gramas de arroz, e há inúmeros arrozes cultivados por proprietários e por nossa organização que têm valores mais altos sem manipulação genética. Depois, virão muitas outras que se usam de maneira cotidiana à procura da vitamina, mas que se podem perder com a monocultura. O arroz dourado não irá resolver nenhum problema e ainda aumenta o uso de água, o que incrementa a desertificação. Além disso, o arroz é o alimento mais consumido no planeta e acabaria ficando na mão de três ou quatro empresas.

El País – O uso de transgênicos pode afetar a saúde humana?

Vandana Shiva – O que não era um problema sem os transgênicos pode converter-se em um problema, porque se tem reduzido as “barreiras”. Os cientistas que estudam essa questão têm prognosticado que intercambiar genes entre espécies fará com que as doenças cruzem também as barreiras entre espécies, como é o caso da pneumonia atípica ou o caso das “vacas loucas”. Teremos de ver quais são as condições ecológicas para que surjam novas doenças e avaliar o impacto na saúde humana.

Feminismo e ecologia – o futuro

El País – Você tem unido feminismo e ecologia. É uma aliança forçada ou natural?

Vandana Shiva – Não creio que as mulheres sejam mais ecológicas, mas a maioria das culturas que tem conservado a natureza concebe a vida ao redor da energia da vida feminina. A cultura patriarcal industrial não sustentável, organizada sobre as normas do capital, também tem relacionado as mulheres com a natureza, mas de maneira passiva, convertendo as mulheres e a natureza em objetos, em matéria-prima. Seria útil para a seguinte fase da evolução humana que deixassem as mulheres tomem as rédeas no lugar das ações imbecis dos novos conservadores da Casa Branca.

El País – Isso é possível? É uma predição realista ou um desejo?

Vandana Shiva – Não é um desejo, é a única coisa realista. Tudo o que se torna realidade se tem feito por meio de uma enorme violência. Os paradigmas que se tem aceitado combinam a violência militar, as forças do domínio econômico mediante a globalização e a força do desenvolvimento tecnológico irresponsável. Tudo isso se tem tornado realidade pela coação. A realidade é uma visão feminista e ecológica, tão real que não há necessidade de uma força para que aconteça.

A PILHAGEM DA NATUREZA E DO CONHECIMENTO

Reproduzimos, na íntegra, a introdução do livro: SHIVA, Vandana. **Biopirataria. A pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001, 149 páginas.

A segunda chegada de Colombo

“Em 17 de abril de 1492, os monarcas católicos Isabel de Castilha e Fernando de Aragão concederam a Cristóvão Colombo os privilégios de ‘descoberta e conquista’. Um ano depois, em 4 de maio de 1493, o papa Alexandre VI, através da sua ‘Bula da Doação’, concedeu à rainha Isabel e ao rei Fernando todas as ilhas e territórios firmes ‘descobertos e ainda por descobrir, cem léguas a oeste e ao sul dos Açores em direção à Índia’, e ainda não ocupadas ou controladas por qualquer rei ou príncipe cristão até o Natal de 1492. Como disse Walter Ullman, em *Medieval Papalism* (Papismo medieval): ‘O Papa como o vigário de Deus comandava o mundo, como se ele fosse um instrumento em suas mãos; o Papa, apoiado pelos canonistas, considerava o mundo como sua propriedade, podendo dele dispor como lhe aprouvesse’. Cartas de privilégio e patentes transformaram, assim, atos de pirataria em vontade divina. Os povos e nações colonizados não pertenciam ao Papa, que, entretanto, os ‘doava’, e essa jurisprudência canônica fez dos monarcas cristãos da Europa os governantes de todas as nações, ‘onde quer que se encontrem e qualquer que seja o credo que adotem’. O princípio da ‘ocupação efetiva’ por príncipes cristãos, a ‘vacância’ das terras a que se referiam e o ‘dever’ de incorporar os ‘selvagens’ eram componentes das cartas de privilégio e patentes. A Bula Papal, a carta de Colombo e as patentes concedidas pelos monarcas europeus estabeleceram os fundamentos jurídicos e morais da colonização e do extermínio de povos não-europeus. A população nativa americana declinou de 72 milhões, em 1492, para menos de 4 milhões, poucos séculos mais tarde.

A bula papal substituída pelo GATT

Quinhentos anos depois de Colombo, uma versão secular do mesmo projeto de colonização está em andamento por meio das patentes e dos direitos de propriedade intelectual (DPI). A Bula Papal foi substituída pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade*, GATT). O princípio da ocupação efetiva pelos príncipes cristãos foi substituído pela ocupação efetiva por empresas transnacionais, apoiadas pelos governantes contemporâneos. A vacância das terras foi substituída pela vacância de formas de vida e espécies, modificadas pelas novas biotecnologias. O dever de incorporar selvagens ao cristianismo foi substituído pelo dever de incorporar economias locais e nacionais ao mercado global, e incorporar os sistemas não-ocidentais de conhecimento ao reducionismo da ciência e da tecnologia mercantilizadas do mundo ocidental.

A liberdade de construir do capitalismo como liberdade de roubar

A criação da propriedade por meio da pirataria da riqueza alheia permanece a mesma de 500 anos atrás. A liberdade que as empresas transnacionais estão reivindicando por meio da proteção aos DPI, no acordo do GATT sobre os Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (*Trade Related Intellectual Property Rights*, TRIPs), é a liberdade que os colonizadores europeus usufruíram a partir de 1492. Colombo estabeleceu um precedente quando tratou a licença para conquistar povos não-europeus como um direito natural dos europeus. Os títulos de terra emitidos pelo Papa, por intermédio dos reis e rainhas europeus, foram as primeiras patentes. A liberdade do colonizador foi construída sobre a escravidão e subjugação dos povos detentores do direito original à terra. Essa apropriação violenta foi convertida em “natural”, definindo-se o povo colonizado como parte da natureza, negando-se a ele, assim, sua humanidade e liberdade. O livro de John Locke sobre a

propriedade⁽¹⁾ legitimou essa mesma operação de saque e roubo durante o processo do cercamento (*enclosure*) das terras comunitárias feudais (*commons*) na Europa. Locke formulou claramente a liberdade de construir do capitalismo como liberdade de roubar. A propriedade é gerada extraindo recursos da natureza e misturando-os ao trabalho. Mas esse “trabalho” não é físico, é trabalho na sua forma “espiritual”, como a expressa no controle do capital. Segundo Locke, apenas os detentores de capital têm o direito natural de possuir recursos naturais, e este revoga os direitos comuns de outras pessoas, anteriormente estabelecidos. O capital é, dessa forma, definido como uma fonte de liberdade que, ao mesmo tempo, nega a liberdade à terra, às florestas, aos rios e à biodiversidade, que o capital reivindica como seus, e a outros seres humanos cujos direitos se baseiam no seu trabalho. A devolução da propriedade privada ao povo é vista como expropriação da liberdade dos detentores do capital. Assim, camponeses e povos tribais que exigem de volta os seus direitos e acesso a recursos são considerados ladrões.

As colônias foram estendidas ao código genético

Essas noções eurocêntricas de propriedade e pirataria são as bases sobre as quais as leis de DPI do GATT e da Organização Mundial de Comércio (OMC) foram formuladas. Quando os europeus colonizaram o resto do mundo pela primeira vez, sentiram que era seu dever “descobrir e conquistar”, “subjugar, ocupar e possuir”. Parece que os poderes ocidentais ainda são acionados pelo impulso colonizador de descobrir, conquistar, deter e possuir tudo, todas as sociedades, todas as culturas. As colônias foram agora estendidas aos espaços interiores, os “códigos genéticos” dos seres vivos, desde micróbios e plantas até animais, incluindo seres humanos. John Moore, um paciente de câncer, teve as linhagens de suas células patenteadas por seu próprio médico. Em 1996, a Myriad Pharmaceutical, uma companhia sediada nos Estados Unidos, patenteou o gene do câncer de mama nas mulheres para obter o monopólio dos diagnósticos e testes. As linhagens de células dos Hagahai da Papua Nova Guiné e dos Guami do Panamá foram patenteadas pelo Secretário do Comércio dos Estados Unidos.

O princípio da expropriação

O desenvolvimento e a troca de conhecimento que ocorrem naturalmente foram, de fato, criminalizados pelo *Economic Espionage Act* (Ato de Espionagem Econômica), que se tornou lei nos Estados Unidos em 17 de setembro de 1996, e outorga às agências de inteligência norte-americanas o poder de investigar as atividades normais de povos no mundo todo. O Ato considera os DPI das grandes empresas norte-americanas como vitais à segurança nacional. A pressuposição de terras não-ocupadas, terra *nullius*, está agora sendo estendida à “vida não-ocupada”: sementes e plantas medicinais. A apropriação de recursos nativos durante a colonização foi justificada pela alegação de que os povos indígenas não “melhoravam” sua terra. Como John Winthrop (1588-1649) escreveu: “Os nativos em Nova Inglaterra não cercam suas terras, nem têm habitações fixas, nem gado domesticado para melhorar suas terras, então nada mais possuem que o Direito Natural a essas terras. Portanto, se lhes deixarmos o suficiente para uso próprio, poderemos legalmente tomar o resto”.⁽²⁾

A sufocante cultura ocidental

A mesma lógica é agora utilizada para tomar a biodiversidade dos proprietários e inovadores originais, definindo suas sementes, plantas medicinais e conhecimento médico como parte da natureza, como não-ciência, e tratando as ferramentas da engenharia genética como o padrão

¹ John Locke, *Two Treatises of Government*, editado por Peter Caslett (Cambridge University Press, 1967).

² John Winthrop, *Life and Letters*, citado em Djelal Kadir, *Columbus and the Ends of the Earth* (Berkeley: University of California Press, 1992), p. 171.

de “melhoramento”. A definição do cristianismo como única religião, e de todas as outras crenças e cosmologias como primitivas, encontra seu paralelo na definição da ciência ocidental mercantilizada como única ciência, e todos os outros sistemas de conhecimento como primitivos. Quinhentos anos atrás, bastava ser uma cultura não-cristã para perder quaisquer posses e direitos. Quinhentos anos depois de Colombo, basta ser uma cultura não-ocidental com uma visão de mundo características e sistemas de conhecimentos diversos para perder quaisquer posses e direitos. A humanidade dos outros foi anulada então e seus intelectos estão sendo anulados agora. Territórios conquistados foram tratados como despovoados nas patentes dos séculos XV e XVI. Pessoas foram naturalizadas como “nossos súditos”. Na seqüência dessa conquista por meio da naturalização, a biodiversidade é definida como natureza – as contribuições culturais e intelectuais dos sistemas de conhecimento não-ocidentais são sistematicamente apagadas.

A biopirataria é a “descoberta” de Colombo 500 anos depois de Colombo

As patentes de hoje têm uma continuidade com aquelas concedidas a Colombo, Sir John Cabot, Sir Humphery Gilbert e Sir Walter Raleigh. Os conflitos desencadeados pelo tratado do GATT, pelo patenteamento de formas de vida e de conhecimentos indígenas e pela engenharia genética estão assentados em processos que podem ser resumidos e simbolizados como a segunda chegada de Colombo. No coração da “descoberta” de Colombo, estava o tratamento da pirataria como um direito natural do colonizador, necessário para a salvação do colonizado. No coração do tratado do GATT e suas leis de patentes, está o tratamento da biopirataria como um direito natural das grandes empresas ocidentais, necessário para o “desenvolvimento” das comunidades do Terceiro Mundo. A biopirataria é a “descoberta” de Colombo 500 anos depois de Colombo. As patentes ainda são o meio de proteger essa pirataria da riqueza dos povos não-ocidentais como um direito das potências ocidentais.

Resistir à biopirataria é resistir à colonização final da própria vida

Por meio de patentes e da engenharia genética, novas colônias estão sendo estabelecidas. A terra, as florestas, os rios, os oceanos e a atmosfera têm sido todos colonizados, depauperados e poluídos. O capital agora tem que procurar novas colônias a serem invadidas e exploradas, para dar continuidade a seu processo de acumulação. Essas novas colônias constituem, em minha opinião, os espaços internos dos corpos de mulheres, plantas e animais. Resistir à biopirataria é resistir à colonização final da própria vida – do futuro da evolução como também do futuro das tradições não-ocidentais de relacionamento com e conhecimento da natureza. É uma luta para proteger a liberdade de evolução de culturas diferentes. É a luta pela conservação da diversidade, tanto cultural quanto biológica.”

A ORDEM MUNDIAL DEPOIS DA GUERRA DOS EUA CONTRA O IRAQUE

*A guerra do Iraque continua sendo tema para ser analisado refletido nas suas conseqüências para o mundo neste início do século XXI. Além de vários números do **IHU On-Line** que dedicamos ao tema, da organização de um debate no Auditório Central no dia 01 de abril de 2003, de duas sessões do **IHU Idéias**, nos dias 10 e 24 de abril, respectivamente, com uma leitura mais teológica e outra mais ético-social, reproduzimos três artigos. Dois publicados no jornal alemão **Frankfurter Allgemeine Zeitung**, sendo um de Jürgen Habermas e outro de G. Agamben e o terceiro de Jean Baudrillard, publicado na **Folha de S. Paulo**.*

A GUERRA E SEUS JUÍZOS CONTRADITÓRIOS

Jürgen Habermas, filósofo alemão, conhecido dos e das colegas da nossa universidade, já várias vezes citado aqui no *IHU On-Line*, publicou o artigo que reproduzimos abaixo no jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung* no dia 17 de abril de 2003. A tradução do artigo, que já citáramos na edição passada do *IHU On-Line*, p. 27, é da *Folha de S. Paulo* que o publicou no dia 27 de abril de 2003. O artigo teve ampla repercussão na imprensa internacional.

“O mundo inteiro observou aquelas cenas de 9 de abril em Bagdá; acompanhou como os soldados americanos enlaçaram o pescoço do ditador e, para o júbilo da multidão, derrubaram-no do pedestal, num ato carregado de simbolismo. Primeiro, a estátua aparentemente inabalável oscilou, para em seguida desabar. Antes de ela ir livremente ao chão, a força da gravidade precisou superar a posição grotesca de estar suspensa na horizontal, na qual a figura maciça permaneceu, como que por alguns segundos de susto, balançando levemente para cima e para baixo. Como naquelas imagens da *Gestalt*, a percepção pública da guerra parece se inverter com essa cena. Nesse dia, no bairro xiita de Bagdá, a propagação moralmente obscena de "choque e pavor" – “shock & awe”- sobre uma população bombardeada sem complacência, extenuada e indefesa, transforma-se na saudação entusiasmada da libertação dos cidadãos do terror e da repressão. Ambas as percepções contêm um momento de verdade, embora provoquem sentimentos morais e tomadas de posição discrepantes. A ambivalência dos sentimentos deve levar a juízos contraditórios?

A ilegalidade e a ilegitimidade da guerra

À primeira vista, a coisa é simples. Uma guerra ilegal continua sendo um ato contrário ao direito internacional, mesmo levando a êxitos normativamente desejados. Mas essa é toda a história? Conseqüências nefastas podem deslegitimar uma boa intenção. Boas conseqüências não poderiam desdobrar uma força legitimadora a posteriori? As valas comuns e os relatos dos torturados não deixam nenhuma dúvida quanto à natureza criminosa do regime; e a libertação de uma população atormentada seria o mais elevado entre os bens politicamente desejáveis. Nesse aspecto, os iraquianos também pronunciam um juízo sobre a natureza moral da guerra quando jubilam, saqueiam, ficam apáticos ou protestam contra as forças de ocupação. Entre nós, delineiam-se duas reações na esfera pública política.

Os pragmáticos crêem na força normativa do fático e se entregam a uma faculdade de julgar a prática que louva o fruto da vitória com vista aos limites políticos da moral. A seus olhos, o raciocínio sobre a justificação da guerra é infecundo, visto que nesse meio tempo ela se tornou fato histórico. Os outros, seja por oportunismo, seja por convicção, capitulam perante a força do fático, empurrando para o lado o que consideram agora dogmatismo do direito internacional, com a justificativa de que ele, por puro melindre pós-heróico em relação aos riscos e aos custos da violência militar, fecha os olhos para a liberdade política, considerada o verdadeiro valor.

Wolfowitz e Kissinger: Os neoconservadores e os realistas

Ambas as reações não vão longe, visto que cedem à paixão contrária às supostas abstrações de um "moralismo exangue", sem ter clareza sobre a alternativa oferecida pelos neoconservadores de Washington à domesticação da violência estatal no plano do direito internacional. Pois estes não contrapõem à moral do direito internacional nem o realismo nem o patos da liberdade, mas uma perspectiva revolucionária: se o regime do direito internacional falha, a imposição hegemônica política e mais eficaz de uma ordem mundial liberal está moralmente justificada mesmo quando se serve de meios contrários ao direito internacional.

Wolfowitz não é Kissinger. Ele é antes um revolucionário do que um cínico do poder.

Certamente, a superpotência se reserva o direito de agir de modo unilateral e, se necessário, de empregar de maneira preventiva todos os meios militares disponíveis para firmar sua posição hegemônica. Mas a ambição de poder global não é um fim em si mesmo para os novos ideólogos. O que distingue os neoconservadores da escola dos "realistas" é a visão de uma política americana de ordem mundial que salta dos trilhos reformistas da política dos direitos humanos conduzida pela ONU. Ela não trai os objetivos liberais, mas arrebenta as ligas civilizadoras que a constituição da ONU impõe, com boas razões, ao processo de realização desses objetivos.

Jus ad bellum

Certamente ainda hoje a ONU não está em condições de forçar os membros divergentes a garantir a seus cidadãos uma ordem de democracia e de Estado de Direito. E a política dos direitos humanos, perseguida de maneira sumamente seletiva, encontra-se sob a reserva do possível: com o poder de veto, a Rússia não precisa temer uma intervenção armada na Tchetchênia. O emprego de armas químicas por parte de Saddam Hussein contra a própria população curda é só um dos muitos casos na escandalosa crônica das falhas de uma comunidade de Estados que dá as costas mesmo para genocídios. Por isso, é tanto mais importante a função central de assegurar a paz, na qual se fundamenta a existência da ONU, ou seja, a imposição do interdito de guerras ofensivas, que aboliu o *jus ad bellum* após a Segunda Guerra e restringiu a soberania dos Estados tomados individualmente. Desse modo, o direito internacional deu ao menos um passo decisivo no caminho para uma situação jurídica cosmopolita.

EUA: um exemplo devastador

Considerados durante meio século o condutor por esse caminho, os EUA destruíram com a guerra no Iraque não apenas essa reputação, renunciando ao papel de um poder que garantiria o direito internacional; com seu procedimento contrário a esse direito, eles também dão um exemplo devastador às superpotências futuras. Não nos iludamos: a autoridade normativa dos EUA está em ruínas. Nenhuma das condições para um emprego juridicamente legitimado de força foi preenchida: nenhuma situação de autodefesa contra um ataque atual ou iminente, nenhuma autorização do Conselho de Segurança.

Tampouco a comparação com a intervenção em Kosovo propicia alguma defesa. É verdade que também nesse caso não se obteve uma autorização por parte do Conselho de Segurança. Mas a legitimação, alcançada posteriormente, pôde se apoiar em três circunstâncias: no impedimento de uma limpeza étnica que se encontrava em andamento, no preceito do direito internacional de ajuda emergencial, válido erga omnes, assim como no caráter indubitavelmente democrático de todos os Estados-membros da aliança militar que agiu substitutivamente. Hoje, o dissenso normativo divide o próprio Ocidente.

No entanto, já naquele momento, em abril de 1999, delineou-se uma notável diferença nas estratégias de justificação entre as potências anglo-saxãs e as do continente europeu. Enquanto um lado tirava do desastre de Srebrenica a lição de fechar com a intervenção armada o abismo entre efetividade e legitimação aberto pelas ações anteriores, a fim de avançar desse modo pelo caminho do direito cosmopolita plenamente institucionalizado, o outro lado deu-se por satisfeito com o objetivo normativo de difundir a própria ordem liberal para outros cantos, se necessário com violência.

Saddam caindo do pedestal basta para justificar a guerra?

Contudo, não podemos entender a nova doutrina como expressão de um cinismo normativo. Funções como a segurança geoestratégica de esferas de influência e de recursos vitais, que uma semelhante política deve cumprir também, podem suscitar uma consideração típica da

crítica ideológica. Mas essas explicações convencionais trivializam a ruptura, inimaginável um ano e meio atrás, com as normas a que os EUA estavam comprometidos até então.

Com razão, Hobsbawm denominou o século 20 de "século americano". Os neoconservadores podem se entender como "vitoriosos" e tomar os êxitos inquestionáveis como exemplos para uma nova ordem mundial, criada sob a liderança dos EUA. Da perspectiva de uma pós-história à Fukuyama, esse modelo teria a vantagem de dispensar a discussão prolixa de objetivos normativos: o que poderia ser melhor para as pessoas do que o alastramento mundial de Estados liberais e a globalização dos livres mercados? Também o caminho para isso é claro: Alemanha, Japão e Rússia foram forçados a dobrar os joelhos por meio da guerra e do armamento. Hoje, o poder militar se apresenta tanto mais porque, nas guerras assimétricas, está definido a priori o vencedor. Guerras que melhoram o mundo não precisariam de nenhuma outra justificação. Ao preço de danos colaterais desprezíveis, elas eliminam o mal inequívoco, que perduraria sob a égide de uma débil comunidade de Estados. Saddam caindo do pedestal é o argumento que basta para a justificação.

Doutrina Bush

Essa doutrina foi desenvolvida muito antes do ataque terrorista às Torres Gêmeas. Todavia só a administração inteligente da psicologia das massas, resultante do choque compreensível do 11 de setembro, criou o clima em que a doutrina pôde encontrar ampla aceitação, mas em uma versão diferente, afiada para a "guerra contra o terrorismo".

Essa associação de unilateralismo hegemônico e de resistência ao perigo furtivo coloca em jogo o argumento da autodefesa. Todavia ela afunda em nova falta de evidências. O governo americano procurou convencer a opinião pública mundial dos contatos entre Saddam Hussein e a Al Qaeda. Essa campanha de desinformação foi tão bem-sucedida no próprio país que 60% dos americanos saúdam a mudança de regime no Iraque como "reparação" pelo 11 de setembro. Mas, para o emprego preventivo de meios militares, a Doutrina Bush não oferece realmente nenhuma explicação plausível. Visto que a violência não-estatal dos terroristas escapa às categorias da guerra entre Estados, ela não justifica de modo algum a necessidade de diluir o conceito de legítima defesa, regulada pelo direito internacional, no sentido de uma autodefesa belicosa e antecipada.

Guerra contra o Iraque x política vã dos direitos humanos

Contra os inimigos que operam em redes globais, só tem auxílio uma prevenção em outro plano de operação. Aqui, bombas não ajudam, mas sim a rede internacional de serviços de informação estatais, órgãos de ação penal, o controle de fluxos de dinheiro. Os "programas de segurança" correspondentes não afetam o direito internacional, mas sim os direitos civis garantidos pelo Estado. Outros perigos, que resultam do fracasso auto-imputável de uma política de não-propagação de armas de destruição em massa, podem ser superados muito mais por meio de negociações do que mediante guerras para o desarmamento, como mostra a reação comedida à Coreia do Norte.

A doutrina afiada para o combate ao terrorismo não oferece, portanto, nenhum ganho em legitimação perante o objetivo perseguido de uma ordem mundial hegemônica. Saddam caindo do pedestal continua sendo o argumento-símbolo para a nova ordem liberal de uma região inteira. A guerra contra o Iraque é o elo na cadeia de uma política de ordem mundial, que se justifica pelo fato de ela entrar no lugar da política vã dos direitos humanos de uma organização mundial gasta. Os EUA assumem o papel em que ONU fracassou. O que depõe contra? Sentimentos morais podem levar a erros, porque se prendem a cenas, a imagens particulares. Mas nenhum caminho pode passar ao largo da questão da justificação da guerra em seu todo. O dissenso decisivo consiste na questão de saber se é possível substituir o contexto jurídico da

justificação pelo contexto da política unilateral de ordem mundial conduzida por um país hegemônico que se autoriza a si mesmo.

A complexidade da sociedade mundial

As objeções empíricas contra a exequibilidade do plano americano desembocam no fato de que a sociedade mundial se tornou complexa demais para ser controlada a partir de um centro e com os meios de uma política apoiada na força militar. Na angústia da superpotência armada com tecnologias de ponta perante o terrorismo, parece se condensar a angústia cartesiana de um sujeito que procura fazer de si mesmo e do mundo ao redor um objeto, a fim de colocar tudo sob controle. Em face dos media do mercado e da comunicação cultural e social, distendendo-se em redes horizontais, a política acaba perdendo terreno se regride para a figura originária hobbesiana de um sistema hierárquico de segurança. Um Estado que refere todas as opções à alternativa tola de guerra ou paz choca logo nos limites das próprias capacidades de organização e dos próprios recursos. Ele dirige também o entendimento com potências concorrentes e culturas alheias para canais equivocados e eleva os custos de coordenação a alturas vertiginosas.

Efeitos colaterais do unilateralismo

Mesmo se o unilateralismo hegemônico fosse exequível, ele teria efeitos colaterais que são, segundo os próprios critérios, normativamente indesejados. Quanto mais o poder político se faz valer nas dimensões do Exército, do serviço secreto e da polícia, mais ele impede a si mesmo - mais ele impede a política no papel de um poder de configuração civilizadora mundial, pondo em risco a missão de aperfeiçoar o mundo segundo as idéias liberais. Nos próprios EUA, o regime de um "presidente da guerra", posto para durar, já começa a minar os fundamentos do Estado de Direito. Abstraindo inteiramente os métodos de tortura, praticados ou tolerados fora das fronteiras do país, o regime da guerra priva não só os prisioneiros em Guantánamo dos direitos que lhes cabem segundo as Convenções de Genebra. Ele também concede aos órgãos de segurança espaços de ação que restringem os direitos constitucionais dos cidadãos.

Cerne universalista da democracia

Mas o papel arrogado de fiduciário da superpotência esbarra principalmente na resistência dos parceiros de aliança que não estão convencidos, por boas razões normativas, da pretensão de liderança unilateral. Outrora o nacionalismo liberal se considerava autorizado a difundir no mundo todo os valores universais da própria ordem liberal, se necessário com o apoio militar. Essa presunção torna-se insustentável também porque ela passa do Estado nacional para um poder hegemônico. É justamente o cerne universalista da democracia e dos direitos humanos que proíbe a sua imposição unilateral a fogo e espada. A pretensão de validade universalista que o Ocidente vincula a seus "valores políticos fundamentais", ou seja, ao procedimento da autodeterminação democrática e ao vocabulário dos direitos humanos, não pode ser confundido com a pretensão imperial de que a forma de vida política e a cultura de uma determinada democracia, seja ela a mais antiga, é exemplar para todas as sociedades.

'Valores' universais

Era dessa espécie o "universalismo" daqueles antigos impérios que, além das suas fronteiras a desaparecer no horizonte, perceberam o mundo da perspectiva central das próprias imagens de mundo. A autocompreensão moderna está marcada, pelo contrário, por um universalismo igualitário, que insiste na descentralização das próprias perspectivas; ele obriga a desrelativizar a própria visão considerando as perspectivas de interpretação de outros que têm os mesmos direitos. Justamente o pragmatismo americano fez com que a percepção do que é igualmente bom e justo para todas as partes dependesse da adoção recíproca de perspectivas. A razão do

direito racional moderno não se faz valer em "valores" universais de que se poderia apossar como se fossem bens, que se poderiam distribuir e exportar para todo o mundo.

"Valores" - mesmo os que podem contar com reconhecimento global - não estão suspensos no ar, mas alcançam obrigatoriedade somente em ordens normativas e práticas de determinadas formas de vida cultural. Se, em Nassiriah, milhares de xiitas protestam contra Saddam e contra a ocupação americana, eles expressam também que culturas não-ocidentais têm de se apropriar do conteúdo universalista dos direitos humanos a partir dos próprios recursos e em uma versão que produz um vínculo convincente com as experiências e os interesses locais.

Por isso, inclusive nas relações entre Estados, a formação da vontade multilateral não é somente uma opção entre outras. Em seu isolamento voluntário, mesmo o país hegemônico que se projeta como fiduciário dos interesses universais não poderia saber absolutamente se o que ele afirma fazer no interesse dos outros é de fato igualmente bom para todos. Não há nenhuma alternativa sensata para o desenvolvimento cosmopolita de um direito internacional que dá atenção, de maneira igual e recíproca, às vozes de todos os concernidos. Até hoje, a ONU não sofreu maiores danos. Ela até mesmo ganhou em reputação e influência pelo fato de os "pequenos" do Conselho de Segurança não terem cedido às pressões dos grandes. A reputação da organização só pode ser arranhada por culpa própria: se tentar "salvar" por compromisso o que não pode ser salvo.

A ORDEM MUNDIAL EM ESTADO DE EXCEÇÃO

*Publicamos o artigo do filósofo italiano Giorgio Agamben, veiculado no jornal **Frankfurter Allgemeine Zeitung**, em 19 de abril de 2003, e traduzido pelos colegas do CEPAT- Curitiba. Agamben, nascido em 1942, leciona Filosofia em Verona, na Itália, e Berkeley, na Califórnia. Fez seus estudos com Martin Heidegger, em Freiburg, e deu contribuições decisivas na publicação da versão italiana dos artigos de Walter Benjamin. No ano passado, foi publicado seu estudo **Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, 207 páginas. Também é autor de **Il tempo que resta. Um commento alla 'Lettera ai Romani**, Torino: Einaudi, 2000, e **L'Aperto. L'uomo e l'animale**, Torino: Bollati Boringhieri, 2002.*

“No ano de 1941, Walter Benjamin, discorrendo sobre o sentido da História, defendia, em uma de suas teses, que “o Regime de Exceção, em que vivemos, tornou-se regra”. Visto por um ângulo prático, esse diagnóstico certamente é verdadeiro. Porque, não só não foi abolido o regime de exceção, instituído/decretado por Hitler em 28 de fevereiro de 1933, na Alemanha, como também, na época de crise de guerra, quase todos os Estados europeus lançaram mão do regime de exceção, entregando o poder militar em mãos de civis, limitando consideravelmente a liberdade do povo. A constatação de Benjamin tem um significado muito mais abrangente, caracterizado-se como uma profecia, que nos atinge. Pode-se afirmar que a criação proposital do Regime de Exceção (se bem que nem sempre é declarado como tal), entretantes tornou-se uma prática banal dos Estados atuais, mesmo daqueles que se declaram como democráticos. Na política atual, o modelo predominante da forma de governar é do Regime de Exceção, apesar do inevitável desenvolver daquilo que, eficazmente, denomina-se de “revolta mundial das massas.” Essa passagem das medidas provisórias e de exceção para uma técnica normal de governar, está transformando radicalmente, e debaixo dos nossos olhos, o sentido e o caráter do Estado democrático. É só observar a política atual dos Estados Unidos. Ela é uma prova concreta da transgressão dos direitos nacionais e internacionais. Para entender bem o efeito desse fenômeno, é bom não esquecer que a transgressão dos direitos segue o modelo que rege toda a política dos Estados Unidos, após o 11 de setembro de 2001. No entender dos americanos, o Regime de Exceção reside na discussão dialética entre os atos do Presidente e os do Congresso, em caso de necessidade ou de guerra. O Presidente Bush, que venceu as eleições numa legitimidade suspeita, e que, após o 11 de setembro, apregoeou

constantemente que é o “Comandante em Chefe das Forças Armadas”, de repente apareceu como autoridade máxima do Estado de Exceção. E, como tal, no dia 13 de novembro de 2001, decretou uma “ordem militar” de “detenção sem limites” dos cidadãos não americanos, suspeitos de terrorismo, autorizando seu julgamento por comissões militares (por favor, não confundir com “tribunal militar”, como está previsto nas cortes marciais).

A novidade desse “arranjo militar” consiste no fato dele suspender radicalmente o estado de direito do indivíduo, tanto no âmbito dos direitos internacionais, como no das leis americanas, criando uma situação indefinida e sem classificação jurídica. Os talibãs presos no Afeganistão, ou qualquer cidadão suspeito de atividades antiamericanas, não são classificados como presos de guerra, nem de alguém que tenha transgredido a lei americana.

A Prisão de Guantánamo

Nem presos, nem condenados, simplesmente são “detidos”, sujeitos ao efetivo domínio, a uma custódia, não só em questão de tempo, mas também pelo seu caráter indefinido, já que foge ao controle judicial e da lei. A única comparação possível fazer é a da situação dos judeus nos acampamentos nacional/socialistas, nos quais perdiam sua identidade jurídica, mas podiam ficar com a de judeus.

Na prisão de Guantánamo, a simples vida humana alcança o mais alto grau de incerteza e o Regime de Exceção alcança o grau absoluto. Os Estados Unidos não só usam o Estado de Exceção como instrumento da política interna, mas também, e antes de mais nada, para legitimar sua política internacional. Em vista disso, é possível afirmar que os Estados Unidos impõem a todo planeta o Estado de Exceção, que seria a resposta necessária dada para uma denominada guerra mundial das massas, travada entre as autoridades e o terrorismo.

Hannah Arendt e Carl Schmitt

O conceito de luta civil no mundo encontra-se em dois livros publicados no mesmo ano (1961): no livro *Da Revolução*⁽³⁾, de Hannah Arendt, e no *Theorie des Partisanen*, de Carl Schmitt. Pela drástica redução da política mundial ao oposto Estado/Terrorismo, torna-se real e efetivo o que antes apenas parecia ser um conceito paradoxal de limites. Mediante o entrelaçamento estratégico dos dois paradigmas, do Estado de Exceção e da guerra civil, define-se a nova ordem mundial dos americanos, na qual fica difícil diferenciar guerra de paz, ou guerra internacional de guerra civil. É esse modelo que deve ser absolutamente rejeitado. Pois, nessa perspectiva, o Estado e o Terrorismo se transformam num único sistema, com duas faces, onde um elemento não só serve para justificar as atitudes do outro, como até fica difícil distinguir um do outro.

Tudo isso é tão inquietante porque a história do século XX nos prova que não há democracia que resista a um prolongado período de exceção, nem a um permanente estado de guerra. Sob o prisma dos direitos públicos, não é possível compreender a ascensão de Hitler ao poder, sem conhecer a história do uso e abuso do Art. 48 da Constituição de Weimar, na qual, em caso de ameaça à ordem e à segurança pública, era dado poder ao Presidente do império (Kaiser) de invalidar a constituição e tomar as medidas necessárias.

Notoriamente, a Alemanha deixou de ser uma república parlamentar de fato, nos três anos que se antecederam à tomada do poder por Hitler, enquanto Hindenburg exercia uma ditadura presidencial.

Considerações semelhantes podem-se fazer em relação ao Estado de Israel, onde a queda dos direitos políticos e públicos é notória, em face dos Estados de Exceção, que os governantes, como parece, insistem em manter a qualquer preço. O que aconteceria se o maior poder militar do mundo embarcasse numa estratégia desse gênero, como de fato já acontece, e se

³ Publicado no Brasil pela Editora Ática, de São Paulo, em 1988.

transformasse num Estado antidemocrático aberto, no qual os direitos seriam suspensos e uma guerra de prevenção fosse travada continuamente, com a desculpa da defesa da segurança nacional e internacional e que não poderia ser julgado por ninguém? Que o Estado de Exceção, de fato, deixou de ser usado na legítima defesa em situação de perigo e necessidade e hoje funciona como uma prática de governo ao lado de outras, é provado pelo fato de os Estados Unidos dele lançarem mão, quando, na verdade, os motivos que regem sua política são bem outros.

Enfraquecimento da Europa

Um dos inconfessados motivos – nem por isso secundário – de declarar guerra ao Iraque é o objetivo de enfraquecer a Europa. Como o poder econômico da Europa está ameaçando a soberania dos Estados Unidos, eles querem provar que a Europa não tem expressão política. Nos meses que antecederam à guerra, a diplomacia americana tentou aberta e sistematicamente destruir a União Européia e, infelizmente, conseguiu.

Estado de exceção: um paradigma

A transformação do Estado de Exceção em ação normal de um país, aliás, não é particularidade dos Estados Unidos. Na Itália, desde o final dos anos setenta, foram decretadas leis de exceção, em forma de portarias do governo, que instituíram restrições decisivas aos direitos de liberdade dos cidadãos. Esses decretos, que naquela época eram destinados ao estado de necessidade, por causa do terrorismo, valem até hoje. Assim, se alguém hospeda um amigo ou parente em sua casa sem avisar a polícia, é ameaçado com prisão. Na França, decretos expedidos por iniciativa do Ministério do Interior, são uma violação à cultura européia dos direitos e lembram, no que diz respeito à prisão e à condenação de menores de idade, às barbaridades semelhantes, praticadas nos Estados Unidos.

Também as classes dominantes da Europa parece que não têm nenhum outro paradigma político na cabeça a não ser o Estado de necessidade e de segurança. Em todos os níveis parece que pouco se importam em evitar o Estado de necessidade; pelo contrário, parece que o provocam, para então usá-lo em proveito próprio. Assim, um policial declarava, ingenuamente, após os acontecimentos de Gênova⁽⁴⁾: “O governo não quer ordem e, sim, governar a desordem”. Essas ações do governo correm o perigo de despolitizar o povo, como, aliás, há tempo, já acontece nos Estados Unidos. Distanciar-se da política americana, para a Europa só pode ter um significado: desistir desse modelo e abrir novamente o caminho para o pensar e agir politicamente”.

JEAN BAUDRILLARD

A GUERRA DO IRAQUE: UM ‘NÃO-ACONTECIMENTO’

*Reproduzimos a entrevista de Jean Baudrillard, filósofo e sociólogo francês, concedida e publicada na **Folha de S. Paulo**, em 28 de abril de 2003. J. Baudrillard é um dos importantes pensadores ocidentais da atualidade. Ele é autor de vários livros entre os quais destacamos: **A Troca Impossível**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, **A Ilusão Vital**. Civilização Brasileira, 2001 e **A Sociedade do Consumo**, Lisboa: Edições 70, 2000. Deste mesmo autor traduzimos e publicamos um longo artigo intitulado “A Máscara da Guerra” onde ele trata o mesmo tema desta entrevista. O artigo está publicado e pode ser consultado no **IHU On-Line** número 51, de 17 de março de 2003, páginas 3-5.*

*No próximo mês, o filósofo desembarcará no Brasil, na Bienal do Livro do Rio, para o lançamento da edição brasileira de **Power Inferno** (Editora Sulina), uma reunião de três textos escritos em 2002: “Réquiem para as*

⁴.- Referência aos grandes protestos por uma outra globalização ocorridos em Gênova, Itália, por ocasião da reunião do G-8, em julho de 2001, resultando na morte do jovem Carlo Giuliani. A nota do IHU On-Line.

Torres Gêmeas", "Hipóteses sobre o Terrorismo" e "A Violência do Mundial". Outra de suas obras, *Telemorphose* (2001), também está com lançamento previsto para este ano no país.

Folha - *Que relação o senhor vê entre os atentados de 11 de setembro e a guerra contra o Iraque?*

Jean Baudrillard - Há, evidentemente, uma lógica na estratégia, no acontecimento político e militar. Há um tipo de encadeamento, mas também uma antinomia. Para mim, isso é o mais importante. O único e verdadeiro acontecimento foi o 11 de setembro, e a guerra é o não-acontecimento, algo que foi feito para eliminar o primeiro. A relação entre os dois não é lógica, mas é uma contratransferência. A guerra é uma reação, um meio de vencer um desafio. É uma guerra à imagem do conflito do Golfo, são quase guerras clonadas. Elas não têm sentido, são injustificáveis, mas isso já é outra coisa. A questão não é "a favor ou contra", mas saber o que significa essa guerra.

Folha - *E qual é o significado?*

Baudrillard - Ela existe por outra coisa, não tem sentido nela mesma e nem mesmo tem um objetivo direto. Saddam Hussein não era mais do que a sombra de um fantasma, ao contrário de Bin Laden, que tem uma outra dimensão. Há, inclusive, essa história sobre a estátua de Saddam derrubada na praça no centro de Bagdá: foi dito que era a estátua de um sócia de Saddam. Gosto muito dessa história, pois é a imagem de todo o resto, tudo é sócia, tudo é artefato. Foi um acontecimento truncado. O 11 de setembro foi algo simbólico no sentido mais forte. Já a guerra é algo no qual tudo foi encenado, programado e mesmo vencido de antemão. Foi um acontecimento sem surpresa. Mesmo assim, houve um pequeno momento no qual se pensou que o Iraque iria resistir, e o não-acontecimento estava quase se tornando um acontecimento.

Folha - *Num recente debate com o filósofo Jacques Derrida, o sr. teve sua teoria questionada. Como dizer que uma guerra é virtual quando há milhares de mortos reais?*

Baudrillard - Derrida dizia que os mortos iraquianos, o petróleo, tudo isso não é virtual, é real. Acho um erro. Se começamos a debater baseados no argumento das vítimas etc, não há discussão, não há mais nada a dizer. Mas o que eu quero é compreender - é ainda um direito do homem, não? Não quero ser enganado. E nesse caso há um mistificação.

Também sou contra essa superpotência mundial, mas não nessa forma antiglobalização. Sou radicalmente contra, mas quero saber de que ponto de vista podemos realmente combatê-la. Se deploramos as vítimas do World Trade Center, do Iraque e nos detemos nessa moralização, acabou. O problema, infelizmente, se tornou muito mais simples, mais violento e mais radical. E minha teoria é a de que a análise seja também mais violenta e mais radical. E nesse momento, evidentemente, ela se torna tão inaceitável quanto o acontecimento. Mas, num sentido, ela faz parte do acontecimento, como as imagens. Ela participa um pouco do mal.

Hoje, os movimentos antiglobalização, no fundo, querem ser mais moralistas do que o sistema, mais humanos. Tudo muito respeitável, mas creio que estrategicamente, politicamente não serve. Hoje, não há nada mais a fazer senão colocar o problema a partir do terrorismo. É o único contraponto. E o terrorismo não é forçosamente violento. Certamente, há formas violentas. Mas há um terrorismo "soft", mesmo no nível dos indivíduos e dos grupos. Ainda precisa ser feita uma genealogia da violência. Há a violência nos subúrbios, os carros incendiados e tudo mais. Pode-se dizer que, se eles tivessem o que comer, tudo seria tranquilo. Não é verdade. Há os que têm o que comer, o conforto absoluto, mas, numa determinada hora, há um tipo de recusa, de negação de uma situação que se tornou insuportável. Se vamos longe demais no conforto, na superabundância, num dado momento ocorre algo de perverso.

Folha - *Como o senhor acompanhou a guerra?*

Baudrillard - Somos tomados pelas imagens e forçados a saber o que acontece. É algo espetacular, mas bastante abjeto, obscuro, aterrorizante pelo lado da superpotência americana e pelo outro lado, no qual não há inimigo, não há confrontos. A guerra foi um objeto perdido, não se sabe o que fazer dela. No imaginário, estamos sempre ao lado das vítimas, mas, objetivamente, estamos do lado da superpotência que ataca, e é uma situação insolúvel. Para os americanos, não há inimigo, mas sim um terrorismo fantasma a ser eliminado, dentro da estratégia da prevenção. É o caso do filme "Minority Report", que trata da prevenção do crime antes que ele ocorra e, portanto, não se saberá nunca se ele existirá. A guerra é algo programado à repetição, ela não começa verdadeiramente, mas também não terminará. É interminável. Já o acontecimento é totalmente imprevisível e, quando ocorre, termina, e ele é, de uma certa maneira, indestrutível. Nesse confronto, há um antagonismo no qual o terrorismo é, ao mesmo tempo, agente e metáfora. E não é somente o terrorismo islâmico, mas tudo o que resiste, toda singularidade, toda recusa a essa espécie de império unilateral. A verdadeira guerra é essa, e não o confronto que se viu no Iraque.

Essa é a quarta guerra mundial. Nunca houve um verdadeiro front de guerra islâmico. Bin Laden e todo o resto não são um front. Não há uma verdadeira solução para essa guerra. Os americanos não têm verdadeiros inimigos, pois não há um face a face, não há combates. Ao mesmo tempo, eles são perdedores, pois o inimigo desapareceu, e isso é o pior que poderia ter acontecido.

Folha - *O sr. coloca a verdadeira vitória do terrorismo na imposição ao Ocidente de uma obsessão pela segurança e fala de uma nova Guerra Fria.*

Baudrillard - O terrorismo de segurança é uma Guerra Fria estendida a todos os países, a todas as populações. Veja o que ocorreu no teatro de Moscou, quando o poder se voltou contra sua própria população para exterminar os terroristas e os reféns ao mesmo tempo. Essa é a verdade da situação em que vivemos. O terrorismo que está aí é, ao mesmo tempo, o produto e o contraprodução da situação atual. Ele não é o anarquismo do passado, nem também o terrorismo palestino. Não é o terrorismo suicida perdedor. Ele coloca a contestação, também pela morte, mas não tem os meios, pela globalização, de combater a superpotência segundo sua própria lógica.

Folha - *O choque de civilizações é uma teoria que já teria nascido ultrapassada?*

Baudrillard - Não são as civilizações que estão em questão, nem as culturas ou as religiões. Há um choque, mas é um "choque e pavor", como dizia o outro. Nesse choque, há um só conjunto, que é a globalização. Não se trata de um choque entre duas coisas. Mas é a superpotência em si que se desfaz e se desintegra. O terrorismo é o agente, o operador dessa desintegração interna da superpotência. Isso é o importante, e sem isso não compreendemos nada.

Hoje não há mais duas superpotências adversas. Já há muito tempo os americanos estudam estratégias da guerra assimétrica, na qual os dois inimigos não estão no mesmo plano. A chave da situação é que toda superpotência globalizada não pode mais lutar, na falta de inimigos, de adversidades, de alteridade. Dizer que o terrorismo tem uma causa, seja da violência histórica, do islamismo, é menos grave do que dizer que, no fundo, o terrorismo é a autodestruição da superpotência mundial.

Folha - *O sr. diz que o terror está no ar e que o terrorismo não faz mais do que cristalizar partículas em suspensão.*

Baudrillard - A situação do império deflagra, não só no Islã, uma reação. Daí essa espécie de júbilo, de fascinação em relação ao 11 de setembro. Podemos nos sentir espantados,

transtornados, mas isso não impede essa coexistência no nosso imaginário do transtorno e do júbilo, mesmo naqueles que depois fizeram todo tipo de considerações morais. Não é racional, mas é algo profundo da ambivalência das coisas.

As imagens do 11 de setembro são midiáticas. Elas fazem parte do acontecimento. É um momento, como o ato em si, instantâneo e terá quase uma repercussão viral. E agora vemos o vírus asiático, as catástrofes, os acidentes, tudo isso, objetivamente, é terrorismo. Mesmo uma catástrofe natural é terrorismo. A natureza é destruída, domesticada, explorada e, de vez em quando, se vinga. Racionalmente, isso não tem sentido. Mas, simbolicamente, sim. O terrorismo apanha tudo, é epicentral. E, depois, tudo o que se produz e que desestabiliza um poder qualquer se torna terrorismo. O próprio poder faz essa dedução, pois tudo que o ataca é designado como terrorismo. Em vez de se dizer que é uma contestação política ou algo parecido, é mais simples definir como terrorismo.

Fala-se em eixo do mal, quando as coisas são bem mais complicadas. Não há um eixo, mas um paraxeio, o eixo que passa mesmo no centro da superpotência. Não é mais um eixo, mas uma nebulosa terrorista, uma nebulosa do mal. É preciso exterminar tudo se se quer resolver o problema.

Folha - *Os valores universais, segundo o sr., tiveram sua chance histórica, mas a perderam.*

Baudrillard - Os valores universais, na esfera da modernidade, foram dizimados, aniquilados. Não há mais valores de transcendência, estamos num funcionamento total, operacional, estratégico. Valores como a democracia ou direitos humanos são instrumentalizados a serviço da própria superpotência, que age em contraponto ou mesmo em contradição com seus próprios valores.

O problema é que todas as soluções apresentadas ao terrorismo e à violência recorrem a esses valores universais. Prega-se a volta à política no sentido tradicional, aos valores morais. Não tenho ilusões em relação a isso. Nessa guerra, por exemplo, vimos Jacques Chirac e a ONU proferirem seus discursos morais, que foram logo varridos de cena.

Folha - *Vivemos hoje uma confusão de valores?*

Baudrillard - O que está em questão é a modernidade. A modernidade como progresso contínuo, como história. Com o pós-moderno, já temos um questionamento da modernidade, já é uma passagem além do "tudo é aceitável", do "não há mais valores absolutos", os grandes ideais acabaram. Já é uma decomposição da modernidade. Hoje, o global talvez seja também uma ruptura. Não é o contrário, mas uma outra coisa. É algo instável e que joga com a instabilidade. Não há mais meios de encontrar uma ética qualquer. Tenta-se encontrá-la no nível genético e outros, mas não se consegue. Não se consegue saber onde está o limite do humano.

Não conseguimos mais definir nem mesmo os direitos humanos. Há direitos para todo mundo hoje. Há o direito da vítima e do carrasco, o direito do bebê de não nascer. Chegamos a uma espécie de confusão, não há mais demarcações. Não sabemos onde estamos na questão do verdadeiro e do falso, do bem e do mal. Hoje há, novamente, uma tentativa desesperada de fazer com que existam o bem e o mal. Uma tentativa também dos que estão no poder nos EUA, os falcões americanos. É uma tentativa de recriar valor, reencontrar o real depois de toda essa realidade virtual, "Matrix" e tudo mais. Refazer o real e dizer "isso é real".

Folha - *Ouvindo o sr. falar, é difícil vislumbrar uma saída para esse impasse deste início de século.*

Baudrillard - No momento, efetivamente, estamos numa situação insolúvel. É uma boa coisa que essa grande superpotência mundial seja radicalmente questionada por algo que a atinja realmente, que a deslegitimise, que seja provado que ela não é invencível. É a única chance de

se poder tentar pensar em outra coisa. Em relação aos atentados do 11 de setembro, aos terroristas, certamente suas razões e motivações são más e não são aceitáveis, mas não se deve levar isso em conta, e sim o acontecimento em si mesmo.

Quando meu amigo Paul Virilio [pensador francês] fala de uma guerra civil planetária, ele não está errado. Há uma desintegração interna. O poder elimina seu próprio objeto. O objeto sobre o qual ele vai exercer um poder, ele também o extermina.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

LIÇÕES ESPANHOLAS

*Reproduzimos o artigo com o título acima de autoria do cientista político José Luís Fiori, publicado na revista **Carta Capital** em 16 de abril de 2003, p. 50-52. José Luís Fiori é Doutor em Ciência Política pela USP, e atualmente leciona na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). É autor de vários livros, entre os quais, **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.*

*De Fiori, **IHU On-Line** publicou, na edição número 33, de 2 de setembro de 2002, o artigo intitulado “O Fracasso Neoliberal”, e na edição número 41, de 4 de novembro de 2002, um artigo intitulado “Adeus aos moedeiros falsos”.*

“Um problema atravessou a história do movimento socialista internacional, sem jamais obter uma resposta consensual: o que vem a ser exatamente uma “gestão socialista” do capitalismo? No próprio Manifesto Comunista de 1848, Marx e Engels já se sentiam na obrigação de colocar ao lado de sua teoria revolucionária da história um curtíssimo programa de governo, uma espécie de “carta compromisso” eleitoral, válida para os países “mais adiantados”. O programa não foi implementado pela Comuna de Paris de 1871, mas a questão permaneceu viva e desafiante em todos os congressos dos partidos socialistas europeus até a Revolução Russa de 1917, seguindo depois seu próprio caminho, passando por várias experiências de governo. Em linhas muito gerais, é possível identificar a existência – entre o fim da Primeira Guerra Mundial e meados da década de 1970 – de três grandes propostas ou estratégias, sustentadas por governos ou ministérios socialistas ou social-democratas, sobretudo dentro da Europa. A primeira delas surgiu com os governos de coalizão das décadas de 1920-1930, quando os social-democratas foram chamados para gerir as crises inflacionárias do período. Nesses casos, quase invariavelmente apostaram suas fichas numa política ortodoxa e monetarista de estabilização, que acarretou o aumento da recessão e do desemprego sem conseguir o controle da inflação. Entre essas experiências, um caso muito discutido foi o de Hilferding na Alemanha em 1928, mas o mesmo aconteceu no governo trabalhista inglês em 1929, e no governo social-democrata da França, em 1936.

Social-democracia alemã e Allende no Chile

A segunda estratégia de gestão da crise capitalista nasceu na Suécia, no início da década de 1930, e acabou plantando as primeiras raízes do Welfare State e das próprias políticas keynesianas. Depois da Segunda Guerra, entretanto, foi-se consolidando um outro projeto ou programa de governo que partia do conceito de “capitalismo organizado” – proposto por Hilferding, antes de tornar-se ministro, no Congresso de 1927 da social-democracia alemã, em Kiel –, em que defendia a possibilidade de uma economia capitalista ser “influenciada

conscientemente pela sociedade”, por meio de um planejamento democrático, estatal e de longo prazo. Uma “idéia-força” que esteve presente, durante toda a “era de ouro do capitalismo”, tanto na reconstrução dos países europeus quanto nas experiências desenvolvimentistas dos países mais atrasados, tendo alcançado seu limite de experimentação com o governo socialista de Salvador Allende no Chile, abortada pelo golpe militar de 1973.

Socialistas e neoliberais

Depois dessa tentativa, na década de 1980, vários partidos e governos socialistas europeus abandonaram a idéia de um capitalismo organizado e de planejamento estratégico, e adotaram um programa de tipo neoliberal de gestão do capitalismo. Foi o caso de Mitterrand, na França, Craxi, na Itália, Papandreu, na Grécia, e de Felipe González, na Espanha – o que maior influência exerceu no mundo latino-americano. Já fazem mais de vinte anos que González chegou ao governo espanhol, e sete anos que deixou a sua presidência. Mas, apesar do tempo, o modelo que com ele chegou ao poder na Espanha continua exercendo grande influência nas discussões entorno ao velho problema dos socialistas a respeito do que seja governar o capitalismo.

O caso espanhol

Felipe González foi eleito pela primeira vez em outubro de 1982, e depois foi reeleito para quatro mandatos sucessivos, deixando seu posto como presidente do governo espanhol em 1996. Nesses quatorze anos ininterruptos de poder, governou apoiado por um verdadeiro rolo compressor parlamentar, majoritário e absolutamente disciplinado, que lhe permitiu aprovação automática no Congresso de todos os seus projetos e reformas, além do controle, direto ou indireto, do Conselho Geral do Poder Judiciário, do Tribunal Constitucional, do Tribunal de Contas, do Conselho de Estado e, finalmente, do Banco de Espanha. Uma “unanimidade” capaz de deixar economistas e cientistas políticos preocupados com a “credibilidade absoluta” e a “governabilidade perfeita”, em estado de gozo perpétuo. González foi eleito com um programa de governo que defendia uma estratégia político-econômica de tipo keynesiana, junto a um plano negociado de estabilização econômica e a defesa de uma política de reestruturação industrial e de crescimento econômico voltado para o aumento do emprego e da equidade social. Mas apesar das condições ótimas de governabilidade e credibilidade, o governo socialista não cumpriu com seu programa, e passou quatorze anos anunciando a sua necessidade de acumular mais credibilidade.

Os pactos de Moncloa

A grande novidade da proposta socialista de gestão do capitalismo espanhol estava na idéia de uma “concertação social”, que transformasse os pactos de Moncloa — assinados em outubro de 1977 – num modelo a ser seguido na negociação e coordenação das demais políticas governamentais. Seria sua marca distintiva com relação ao modelo Thatcher ou neoliberal de imposição da “disciplina salarial”, pela via da recessão e do desemprego. É inegável que os citados pactos de Moncloa tiveram enorme importância para a redemocratização política e o sucesso da Constituinte espanhola de 1978, mas seu capítulo econômico foi logo abandonado sem que tivessem sido cumpridas nenhuma das suas cláusulas sociais. E após Moncloa, só dois dos cinco grandes pactos logrados na Espanha (D.L.Abril, AMI, ANE, AI e AES) ocorreram sob o governo socialista. O primeiro deles – o Acordo Interconfederal, de 1983 – não contou com a participação do governo, e o segundo – o Acordo Econômico e Social, de 1985 – foi uma resposta emergencial do governo, assustado com a intensificação dos conflitos sindicais, e com a ruptura das relações entre o Partido Socialista Espanhol (PSOE) e sua Central Sindical, a UGT, provocada pelo projeto governamental de reforma da Previdência Social espanhola.

O movimento operário e sindical

Não é por acaso que os historiadores falam de dois “tempos” na trajetória da estabilização espanhola: o tempo “do ajuste brando”, até 1982, e o “do ajuste duro”, exatamente durante o primeiro período do governo de Felipe González. As cifras, nesse ponto, confirmam a opinião dos historiadores econômicos: González assumiu o governo em 1982, prometendo 800.000 novos postos de trabalho, e concluiu o seu primeiro mandato, em 1986, com mais de 740.000 novos desempregados. Por outro lado, o Conselho Econômico e Social, criado pela Constituição de 1978 para ser o fórum permanente de negociação corporativa, jamais foi regulamentado pelos socialistas. Nesse sentido, o que a história conta é que as estratégias de controle ou arrocho salarial e de disciplinamento do mundo do trabalho, implementadas pelos socialistas espanhóis, não passaram, de fato, pela “concertação social”, e sim pela força da lei e do desemprego, como preconizava o modelo neoliberal de Thatcher. O que foi feito em perfeita sintonia com o resto da política econômica do governo, que abandonou sua proposta inicial de tipo keynesiano em troca de uma rigorosa ortodoxia conservadora. Nos primeiros tempos, o motivo alegado para a mudança de posição foram as “condições econômicas mundiais. Seria apenas de uma fase provisória, ainda que necessária. Em primeiro lugar, por causa das dificuldades em que se encontrava naquele momento a economia espanhola, e, em segundo, porque com o avanço da internacionalização econômica, um só país não poderia adotar posturas muito discrepantes das políticas dos demais governos”. (*Cuatro Semanas*, fevereiro de 1993). Mas a verdade é que o tempo passou, e, onze anos depois, o ex-ministro da economia, Miguel Boyer, ainda falava com entusiasmo que “a política econômica de Felipe González, tinha sido uma continuação do governo conservador de Calvo Sotelo, com um único objetivo permanente: controlar a inflação a qualquer preço. Com os instrumentos da moderação salarial e de uma política monetária restritiva, baseada em altas taxas de juros e junto com a redução do déficit público, fundamentalmente por meio da limitação do gasto”. (Idem).

O Balanço espanhol da ortodoxia econômica

Qual o balanço que se pode fazer destes quatorze anos de ortodoxia econômica? Em termos cronológicos, foram sete anos de recessão ou baixo crescimento (1982-1985 / 1991-1996) e quatro anos de crescimento mais acentuado (1986-1990). A entrada da Espanha no Mercado Comum foi a grande responsável pela interrupção do processo recessivo e pelo relativo sucesso econômico do segundo mandato de González. Mas quando a Espanha adotou o Plano de Convergência com relação às metas de Maastrich, no início da década de 90, sua economia já havia entrado de novo num período de crise e de baixo crescimento, o que obrigou González a abandonar temporariamente o sistema monetário europeu e a propor mais uma dose do mesmo remédio que vinha sendo aplicado desde 1982: aperto fiscal e monetário, e uma nova rodada de reformas da previdência social e da legislação trabalhista. Cansados da mesmice, os eleitores espanhóis abandonaram González e chamaram de volta a velha direita espanhola.

Essa experiência socialista espanhola deixa algumas lições econômicas importantes: a primeira é que com uma política macroeconômica ortodoxa e conservadora, não há espaço para um crescimento sustentado por maior que seja a sua credibilidade, e a segunda é que a desinflação parece não chegar jamais a patamares capazes de deter a desindustrialização e a desnacionalização da economia. Além disso, o ajuste microeconômico baseado apenas na “racionalização” do trabalho, como o que ocorreu nos primeiros anos das décadas de oitenta e noventa, não é capaz de dar maior competitividade internacional a uma economia que esteja, como no caso espanhol, bloqueada pelas altas taxas de juros.

Gestão socialista e gestão neoconservadora e neoliberal: indiscerníveis

Do ponto de vista da incorporação social e do aumento da equidade, os resultados também foram extremamente medíocres. Não houve de fato a tão decantada concertação social, e, em quatorze anos de gestão socialista, o gasto social do governo só subiu de 19,42% para 21,37% do PIB. Com relação à distribuição de renda, os 10% das famílias mais pobres aumentaram seu quinhão em apenas 0,44%; enquanto que os 10% de mais alta renda perderam algo em torno de 1,20%. Em compensação, a participação salarial no PIB caiu de 51,2% para 46,1%, e a taxa de desemprego, que girava em torno dos 6% à época de Moncloa, e dos 15% no início do primeiro governo González, chegou à casa dos 24% da população economicamente ativa e adulta, chegando em alguns momentos à cifra de 37,9% entre os jovens com menos de 25 anos de idade.

Hoje, a distância e o tempo já permitem um balanço mais fiel do que foi a era González. E não há dúvida que sua “gestão socialista” do capitalismo espanhol acabou ficando indiscernível da gestão conservadora e neoliberal do governo Thatcher ⁵.

DESTAQUES DA SEMANA

Livro da Semana

BAUDELLOT, Christian; GOLLAC, Michel. *Travailler pour être herurex? Le bonheur et le travail en France*. Paris: Fayard, 2003, 351 páginas.

O livro-destaque desta semana, por ocasião do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, se chama **Travailler pour être herurex? Le bonheur et le travail en France** (Trabalhar para ser feliz? A felicidade e o trabalho na França). O jornal **Le Monde**, em 11 de fevereiro de 2003, publicou uma resenha do livro que foi traduzida pelos colegas do CEPAT e que reproduzimos na íntegra. Na mesma edição, o **Le Monde** publicou uma entrevista com os dois autores, que reproduzimos, igualmente, na íntegra. Agradecemos aos colegas do CEPAT pela tradução.

Os autores: Christian Baudelot é professor na École Normale Supérieure, notabilizou-se pela publicação, nos últimos trinta anos, de livros na área das ciências sociais, entre os quais, **Avoir trente ans en 1968 et en 1998**, Paris: Seuil, 2000.

Michel Gollac é diretor de pesquisa no Centre d'études de l'emploi, publicou vários livros sobre sociologia do trabalho, especialmente, **Les conditions de travail**, Paris: La Découverte, 2000.

A FELICIDADE E O TRABALHO

O valor que as pessoas atribuem ao trabalho

“Ligeiramente mais autonomia no trabalho, por um lado; por outro, um forte aumento da pressão e da intensidade, que anula os efeitos desta tímida emancipação: esta é a constatação feita pelo grupo de sociólogos dirigido por Christian Baudelot, professor na Escola Superior Normal, e Michel Gollac, do Centro de estudos sobre o emprego. Sua análise se funda sobre os

⁵ Estou retomando o mesmo argumento central do artigo que publiquei por ocasião da posse do primeiro governo Cardoso, em janeiro de 1995 e que se chamou “O Espelho Espanhol de FHC”.

resultados de uma ampla pesquisa sobre “a felicidade e o trabalho na França”, efetuada em parceria com o Insee junto a 6 mil pessoas, entre 1996 e 1999. A escolha deste período excluía, no entanto, a consideração do tratamento judiciário – mais comumente admitido de agora em diante – do assédio moral, que constitui um início de resposta para os fenômenos inquietantes descritos pelo estudo.

Mutação decisiva e desorientadora

Para a evidência, as formas do trabalho sofreram uma mutação decisiva ao longo das duas últimas décadas, numa época marcada pelo “novo” – especialmente o “turbo”-capitalismo e a flexibilidade. Assim, o modelo de trabalho passou imperceptivelmente da fábrica à era pós-industrial. As normas de exploração – assim como a resistência a tal exploração – não têm mais como paradigma o movimento operário, sem que, por outro lado, um modelo de substituição seja claramente delineado nos espíritos. Desse ponto de vista, os autores notam que tanto o sindicalismo como a sociologia do trabalho mostram um certo atraso, enquanto que os próprios trabalhadores estão freqüentemente desorientados.

Fim do trabalho suscita alternativas?

A desconstrução dos modos tradicionais de trabalho só podia ter conseqüências sobre a percepção da aposta ou do sofrimento que nele se sofre. Portanto, os autores são contra a opinião, em voga na metade dos anos 1990, que predizia “o fim do trabalho”. “Objetivamente infundadas e politicamente suspeitas, recuperadas por uma fração da elite política e econômica”, escrevem eles, essas hipóteses acreditavam – “freqüentemente contra as intenções de seus autores”, dizem eles – “na idéia de que o desemprego não era tão grave, visto que os desempregados podiam beneficiar-se de outras formas de inserção social que não o trabalho”. Os sociólogos discutem aqui as teses popularizadas pela filósofa Dominique Méda, membro da direção de animação da pesquisa, dos estudos e das estatísticas (Dares) e especialmente autora de **Travail, une valeur en voie de disparition** (Trabalho, um valor em vias de desaparecimento) (Aubier, 1995).

A felicidade e o trabalho – um debate em aberto

Quando uma pessoa em cada quatro – a proporção era bem maior nas categorias sociais mais expostas – continua a fazer do trabalho a condição essencial da felicidade e quando 98% dos pesquisados se referem positivamente a ele, essa visão do apocalipse parece deslocada da realidade.

Longe de se contentarem com a renúncia austera de dados, os senhores Baudelot e Gollac exploram a história da noção de felicidade no trabalho, tal como ela surgiu já entre outros sob a pena dos filósofos das Luzes. De onde a reconstituição de um admirável diálogo entre Helvetius e Diderot, o primeiro calculando que “o homem ocupado é um homem feliz”, enquanto que o segundo lhe replica que teria “mais confiança nas delícias da jornada de um carpinteiro, se fosse ele próprio o carpinteiro e não um arrematante dos impostos régios”. Uma exigência que os autores fazem sua e à qual a pesquisa parece fazer longinquamente eco, mostrando a que ponto o sofrimento é hoje exprimido pelas palavras.

De onde, também, a exumação de um texto de 1930, escrito pelo dirigente socialista Henri de Man, mais tarde comprometido com a colaboração, e intitulado **La Joie au Travail** (A Satisfação no Trabalho) (Presse Universitaire de France). De Man calcula que essa felicidade dependia menos das mudanças nas relações de propriedade do que da reforma local, técnica e hierárquica das relações da oficina. Mas, para o sociólogo Georges Friedmann, a satisfação nascida do “trabalho bem feito”, que tem sua fonte na arte ou no artista, raramente é transposta ao campo da indústria. A “felicidade no trabalho” permanece um “pássaro raro”.

As 35 horas. Balanço indefinido

São as 35 horas consideradas o cautério adequado para as feridas lancinantes e cada vez mais exprimidas, provocadas pelo universo profissional? Embora a pesquisa tenha sido acabada antes de as leis Aubry⁶ terem produzido todos os seus efeitos, os autores consagram a elas um capítulo que se presta, sem dúvida, a controvérsias. Se eles notam que uma maioria (60%) exprime sua satisfação com relação a redução da jornada de trabalho e julgam que sua abolição teria conseqüências dramáticas, eles constatam também que ela “jogou algumas situações no sofrimento”: especialmente as categorias mais desfavoráveis, tornando o trabalho mais intenso ainda.

Paradoxalmente, as 35 horas parecem ter mais tarde conquistado o favor dos executivos – pequenos ou médios – que eram *a priori* hostis a ela. De onde uma acentuação das polaridades sociais num contexto de fraqueza e de divisões crônicas, de relações de forças desfavoráveis. Aí residia, segundo os autores, uma das razões do “desastre eleitoral da esquerda na primavera de 2002”. Mas aí já transpomos a sociologia para entrar na política...”

“O INDIVÍDUO PERMANECE PRESO NO SEU SOFRIMENTO”

Le Monde: A pesquisa de vocês refuta a tese de um declínio do “valor” que os franceses concedem ao trabalho?

Christian Baudelot: Nós procuramos mostrar que “valor” as pessoas continuam a atribuir ao trabalho e se elas se tornavam felizes ou infelizes. Se nós chegamos a estabelecer que, para uma parte importante da nossa amostragem, o trabalho permanecia importante, resulta que não se trataria absolutamente de um valor em declínio. Uma vez concluída a pesquisa, nós constatamos que este valor era contraditório, que o trabalho tornava as pessoas felizes e infelizes, e as fazia também sofrer muito.

A felicidade e infelicidade no trabalho

Le Monde: De onde provém o sentimento de felicidade associado ao trabalho?

Ch. Baudelot: A felicidade resulta primeiramente de um sentimento de equidade que, hoje, procede tanto do reconhecimento como da remuneração. Ele corresponde a um forte investimento em sua atividade profissional. É-se feliz porque se é percebido como alguém que conta. A atitude de desempregado se dá quando não se experimenta satisfação, quando se calcula que “a verdadeira vida está em outro lugar”. Esta atitude, que se encontra principalmente entre as categorias menos favorecidas, reenvia às formas clássicas e freqüentemente coletivas de resistência operária.

O sofrimento, ao contrário, é sempre vivido de modo individual. Encontra-se em todas as categorias, inclusive as diplomadas. Ela resulta de um sentimento “de excesso”, de exploração. Identifica-se sua situação a um impasse. Em período de pleno emprego, ela se resolve por meio de uma forte rotação de uma empresa a outra. Numa conjuntura econômica mais deprimida como essa que nós vivemos, o indivíduo permanece preso no seu sofrimento.

O fenômeno da intensificação no trabalho

Le Monde: Vocês insistem no fenômeno da intensificação do trabalho. A que se deve isso?

Ch. Baudelot: Ao fato de que as ondas de aposentadorias obrigam a esses que ficam a fazer o trabalho daqueles que saem. Além disso, a flexibilidade provocou uma crescente insegurança.

⁶.- Refere-se à lei da jornada de 35 horas introduzida por Martine Aubry, ministra do trabalho do governo Jospin. Nota do IHU On-Line.

Nós temos um Ministro do interior⁽⁷⁾ que insiste o tempo todo na segurança. Mas se é um campo onde esta deveria ser restaurada, não seria no trabalho e no emprego, a fim de que o indivíduo recupere a capacidade de fazer seus projetos?

Le Monde: Em que o sofrimento no trabalho se revela como um fenômeno novo?

Michel Gollac: De um lado, porque as novas formas de *management* são individualizantes (elas tendem a desenvolver redes pessoais numa empresa onde se passa permanentemente de um projeto a outro). De outro lado, porque a pressão impõe maneiras de trabalhar que não convêm a todo mundo. Alguns vão reencontrar-se confrontados com o desafio da rapidez e da complexidade e vão “quebrar”. Eles vão viver seu sofrimento numa atmosfera de culpabilidade, como uma estigmatização pessoal.

Ch. Baudelot: O atual modelo de *management* se deslocou para o terciário. Pelo fato de que o “investimento” é exigido, há um dever de ser feliz no trabalho. O modelo do artista⁽⁸⁾ passou para outras categorias.

Autonomia e intensificação do trabalho – dois pólos que se cruzam

Le Monde: O que impede o trabalhador que sofre de se refugiar na atitude que vocês qualificaram de “retirado”?

Ch. Baudelot: O retirado é cada vez mais comprometido, simplesmente porque as novas formas de *management* exigem um tremendo investimento pessoal. Produz-se uma mistura entre a autonomia e a intensificação do trabalho. A autonomia faz do indivíduo o responsável pelo seu próprio destino. O que, de resto, explica também porque o sofrimento no trabalho é vivido de um modo mais psicológico do que econômico.

Le Monde: Para vocês, é por esta razão que os sindicatos se deram mal em criticar os novos aspectos do sofrimento no trabalho?

Michel Gollac: O sindicalismo francês se caracteriza pelo fato de que reúne poucos sindicalizados. Ora, só militantes próximos da base estariam em condições de “objetivar” os sofrimentos individuais.

Hibridismo no mundo do trabalho

Le Monde: Vocês pensam que o estudo da felicidade e da infelicidade na pesquisa trabalho realizada mostra que nós estamos numa era pós-industrial, como pensa o sociólogo alemão Ulrich Beck⁽⁹⁾?

Michel Gollac: Sim e não. Nós administramos as pessoas como se todas elas fossem artistas ou pesquisadoras. Ao mesmo tempo, as organizações são cada vez mais formalizadas e burocráticas. Malgrado os melhoramentos nas grandes empresas que não podemos negar, a manifestação do sofrimento é cada vez mais forte. Em síntese, não podemos dizer que saímos do modelo industrial. Nós nos encontramos numa situação híbrida, o que é, antes de tudo, a definição etimológica do monstro.

⁷ .- Refere-se a Nicolas Sarkozy. É o mesmo que organiza os vôos ‘charters’ repatriando os migrantes estrangeiros – cf. *IHU On-Line*, no. 53, 31-3-03, p. 27.

⁸ .- Para entender o ‘modelo artista’ cf. BOLTANSKI, Luc – CHIAPELLO, Ève, *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris: Gallimard, 1999. O *IHU On-Line* publicou uma resenha deste livro no número 19, de 27 de maio de 2002, páginas 12-20.

⁹ Ulrich Beck, sociólogo alemão, é autor do livro *Il lavoro nell’epoca della fine del lavoro. Tramonto delle sicurezze e nuovo impegno civile*, Torino: Einaudi, 2000. Nota do *IHU On-Line*.

Filme da Semana

O HOMEM SEM PASSADO

Ficha Técnica

Nome original: *The Man Without a Past*

Origem: Alemanha - Finlândia – França

Realizado em: 2002

Gênero: Comédia Dramática

Duração: 97 min.

Direção: Aki Kaurismäki

O DRAMA DE QUEM PERDEU A MEMÓRIA

Publicamos o artigo com o título acima, de autoria de Márcio Rodrigo, veiculado do jornal **Gazeta Mercantil**, edição de 7, 8 e 9 de março de 2003.

“Finlândia é um dos países de índice de Desenvolvimento Humano e renda per capita mais elevados do planeta. Lá não existe miséria, certo? "O Homem sem Passado", co-produção finlandesa com a França e a Alemanha, dirigido por Aki Kaurismäki, prova que as coisas não são exatamente assim.

Mais do que uma história sobre um homem que perdeu a memória, o filme é uma indagação sobre a pobreza extrema que insiste em assolar o mundo nesta era de opulência globalizada, em que grandes empresas e conglomerados financeiros detêm boa parte da renda do planeta.

A produção, uma das concorrentes ao Oscar de Filme Estrangeiro, começa com um homem solitário dentro de um trem. Não se sabe de onde ele vem, nem para onde vai. Ao chegar a seu destino, senta-se em um banco de praça e adormece. É cruelmente espancado e tem seus parcos bens extraviados. Seus agressores só vão embora quando o julgam morto.

Depois de fugir de um hospital, desfalece novamente e é encontrado na beira de um lago por dois meninos. Por solidariedade da família dos garotos, que cuida dele, recupera-se. Somente aí, ouve-se um dos personagens dizer que estão em Helsinque.

E é justamente neste ponto que o filme se torna estranhamente interessante. Não por recursos de linguagem, fotografia, cenários ou figurinos. Kaurismäki, também autor do roteiro, filmou sua história de maneira extremamente simples, fazendo uso da luz solar nos longos dias de verão finlandês.

O que chama a atenção são os cenários e locações que aparentemente não deveriam existir naquele país. Boa parte das ações se passa em contêineres, onde moram os personagens. Sim, Helsinque tem parte de sua população vivendo em caixas de metal muito parecidas com as que se usa no Brasil para alojar desabrigados em situações de emergências

As personagens centrais do filme são miseráveis ou membros do Exército de Salvação. O cristianismo transpira de maneira exacerbada de todos eles. Mais uma contradição em uma Europa que quer cada dia parecer mais laical.

O homem que esquece seu nome, de onde vem e quem é, torna-se a personagem alegórica dos milhões de sem rosto que perambulam pelo mundo. Sem emprego, sem destino. Nas sociedades capitalistas, é preciso ter uma origem e principalmente um emprego para se ser alguém. O personagem de Kaurismäki sente isto na pele.

Por não ter um passado ele não consegue desenhar um futuro para si. E ao contrário do que sugere o título do filme, esta se torna sua maior angústia. É preciso escrever uma nova história, criar novos significados para ser alguém.

O diretor, defensor de filmes com duração até 90 minutos, desta vez se excedeu. Seu novo longa ultrapassa em sete minutos esse limite. Tempo suficiente para que se reflita sobre o presente nas grandes cidades, cada dia mais cheias de rostos anônimos”.

Frases da Semana

Lula e a CNBB-1

“Deveremos esperar outro presidente ou romperemos os grilhões que mantêm o Brasil eterno refém da economia mundial?” - **Dom Mauro Morelli**, bispo católico de Duque de Caxias (RJ) e membro da coordenação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional., no artigo “Lula e a CNBB”, comentando a primeira vez que um presidente do Brasil se faz presente numa assembléia da CNBB – **Folha de S. Paulo**, 27-4-03

Lula e a CNBB-2

“Temos coragem e competência para fazer um pacto social que valorize as diferenças, abomine e acabe com as desigualdades escandalosas e blasfemas entre indivíduos e regiões do país, ou será mantida a violência estrutural que priva a maioria da população de vida com dignidade e esperança? A economia fará o bolo crescer, enquanto o salário permanece um dos mais injustos e vergonhosos do mundo? As terras indígenas serão definitivamente delimitadas, segundo determina a Constituição brasileira? O povo negro, ao lado dos indígenas, permanecerá o mais pobre entre os pobres? Seremos um país culto e solidário ou continuaremos prisioneiros da corrupção e da impunidade? Conviveremos com abortos, torturas nas delegacias de polícia e toda a sorte de violência? O meio ambiente será ainda depredado, nossas riquezas saqueadas e a terra prisioneira do capital e do latifúndio?” – **D. Mauro Morelli**, no artigo “Lula e a CNBB”, **Folha de S. Paulo** 27-4-03.

Trabalho e escravidão

“Proclamam o direito ao trabalho como princípio revolucionário... Somente escravos são capazes de uma tal humilhação. Para um grego da Antigüidade entender uma tal humilhação, precisaríamos de vinte anos de civilização capitalista” – **Paul Lafargue**, 1883, sobre a revolução de 1848, citado no **Manifesto contra o trabalho**, Grupo Krisis, São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003, p. 11.

Salvar ou superar o trabalho?

“Salvar o trabalho ou superá-lo? O trabalho é realmente como se diz, a condição natural para a existência humana?” - **Manifesto contra o trabalho**, Grupo Krisis, São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003, p. 12.

Trabalho, trabalho, trabalho!

“Um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho. Todos os poderes ao redor do globo uniram-se para a defesa desse domínio: o Papa e o Banco Mundial, Tony Blair e Jörg Haider, sindicatos e empresários, ecologistas alemães e socialistas franceses. Todos eles só conhecem um lema: trabalho, trabalho, trabalho!” - **Manifesto contra o trabalho**, Grupo Krisis, São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003, p. 15.

O silêncio de Deus

“A guerra e o silêncio de Deus” – título do último livro de Bruno Forte, teólogo italiano, autor de inúmeros livros, editado pela Morcelliana e comentado pelo jornal **II Manifesto**, 27-4-03.

“O primeiro silêncio é dos mortos: as suas imagens foram ‘livremente censuradas’ pelos gigantes da informação. O segundo silêncio é aquele da verdade, feito de desmentidos e de imoralidade política. Há um silêncio que diz respeito ao futuro: o que será dos próximos anos? Enfim, o terceiro silêncio: o de Deus. Os crentes sabem que este silêncio é o espaço difícil da liberdade. Difícil liberdade que diz respeito a todos e todas nós e que deve ser o espaço para cuidar, na esperança, um mundo que exige paz” – **Bruno Forte**, teólogo italiano, no livro *La guerra e il silenzio di Dio. Commento teologico all’ora presente*, Morcelliana, 2003, citado no jornal *Il Manifesto* 27-4-03.

EVENTOS IHU

IHU Idéias

SHOCK & AWE: O IMPÉRIO PRECISA DA GUERRA

No dia 24 de abril, Inácio Neutzling, coordenador do IHU e pesquisador do PPGCSA da Unisinos, apresentou o tema acima no *IHU Idéias*. Fazendo uma síntese do conceito de Império elaborado por Michael Hardt e Antonio Negri, o conferencista expôs a sua hipótese de trabalho de que o Império, como sociedade de espetáculo, a partir da concepção de G. Debord, se caracteriza pela passagem do medo para o pânico. A análise do lugar central do medo e do pânico, na sociedade moderna e pós-moderna, respectivamente, faz com que a hipótese de trabalho da conferência fosse explicitada: o Império necessita da guerra. O conferencista concluiu a sua reflexão, utilizando-se do trabalho de John Milbank, para afirmar que a sociedade pós-moderna se funda num *mythos* que é o poder, o domínio, a guerra. A pergunta que emergiu na conclusão da reflexão foi sobre a possibilidade da formulação, através dos movimentos de resistência, da criação de um outro *mythos*, que não seja a guerra, o domínio, a violência.

Ecoss do Evento

“Tivemos hoje uma magnífica aula universitária. O Prof. Inácio revelou uma extraordinária cultura e uma vasta quilometragem de leitura, que, infelizmente, não puderam ser exploradas em função da falta de tempo. Sua explanação nos permitiu a reflexão sobre as questões mais cruciais da existência da humanidade hoje”.

Prof. Dr. Werner Altmann, professor e coordenador do PPG em História da Unisinos

“Achei excelente. O Prof. Inácio deu uma visão muito boa do tema abordado e dos autores trabalhados. Apreendi muito com a exposição dele”.

Profa. Dra. Berenice Corsetti, vice-diretora e professora do Centro de Ciências Humanas

Agende-se para a programação de maio do IHU Idéias:

08/05/03 – Uma economia solidária é possível? Apresentação do livro “A outra economia” – Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger e Prof. Dr. Antônio David Cattani

15/05/03 – “Esquecimento e Memória do Ser. Uma reflexão a partir da obra de Henrique de Lima Vaz” – Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein

29/05/03 – “A educação para a paz: sentidos, tensões e dilemas” - Prof. Dr. Marcelo Resende Guimarães

Lembramos que o evento acontece nas quintas-feiras das 17h30min às 19h, na sala 1C103. No final do evento, como já é tradição, é servido café, água e suco de laranja.

Segunda sessão do Ciclo de Estudos sobre Brasil é dia 8 de maio

No próximo dia **8 de maio**, das 14h às 17h, na sala 1C103, será retomada a programação da primeira etapa do **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**. Será a segunda sessão deste semestre. O livro a ser abordado é **Raízes do Brasil**, de Sergio Buarque de Holanda, pela prof^a. Eliane Cristina D. Fleck, do PPG em História da Unisinos.

Eliane Fleck é Doutora em História pela PUCRS, com tese intitulada *Sentir, Adoecer e Morrer - Sensibilidade e Devoção no Discurso Missionário Jesuítico do Século XVII*. É também Mestre e graduada em História pela Unisinos.

Os inscritos que participaram da primeira etapa, realizada no dia 10 de abril passado, com a abordagem do livro **Casa grande e senzala**, de Gilberto Freyre, já estão inscritos para as próximas três etapas. Quem ainda não se inscreveu, pode efetuar sua matrícula no setor de Admissão e Matrícula da Unisinos, pessoalmente, ou através da linha direta (51) 591.1122. O custo da inscrição é de R\$ 20,00 para todas as etapas. Será fornecido certificado por frequência (mínimo de 75%). Alunos de alguns cursos de graduação podem ter as horas do evento contadas como horas complementares em seu currículo de curso. São eles: Serviço Social, Letras, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Administração de Empresas, Comércio Exterior e Ciências Econômicas.

Para maiores informações, entrar em contato com a Secretária do IHU, através do telefone: (51) 590.8223.

Na programação das próximas sessões, o evento traz, no dia **5 de junho**, na sala 1C103, das 14h às 17h, a professora Márcia Lopes Duarte, do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos, que apresentará a obra **Os Sertões**, de Euclides da Cunha. Finalizando a etapa, no dia **12 de junho**, o tema a ser trabalhado será **A construção do Brasil: idéias sobre a identidade nacional**. Será no Auditório Maurício Berni, Centro de Ciências Jurídicas da Unisinos, das 20h às 22h.

AVALIAÇÃO DO CESCOOP 26

No dia 25 de abril, sexta-feira, houve a avaliação da Dimensão III do Curso de Especialização em Cooperativismo da Unisinos, o Cescoop 26. A Dimensão III trabalha o tema *Técnico-empresarial das cooperativas*. Participaram do encontro os coordenadores do curso, Prof. José Odelso Schneider e Profa. Vera Regina Schmitz, João Zani e Castorina Jaíra da Silva, professores do Centro de Ciências Econômicas da Unisinos e Dorly Dickel, professor convidado para o curso.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO II - AGENDA DE ENCONTROS

A Área de Concentração II – Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU, programou três reuniões para os próximos dias com os integrantes dos seus Grupos Temáticos que atuam no IHU.

A primeira será hoje, 28 de abril, às 9 horas, na sala de reuniões do IHU. O grupo irá debater sobre o documento **Gênese e Missão do Instituto Humanitas Unisinos**.

O encontro seguinte está marcado para o dia **5 de maio**. A pauta é a discussão sobre incubagem na Universidade.

A terceira reunião se realiza no dia **12 de maio**. Na ocasião, os presentes se reunirão para trabalhar sobre a transdisciplinaridade.

Os Grupos Temáticos da Área de Concentração II são: Trabalho, Economia Solidária e Associativismo e Cooperativismo.

Transgredir a disciplina

Entrevista com André-Jean Arnaud

No dia 29 de abril, às 14h30min, acontecerá, no auditório do Centro 4, um encontro dos PPGs da Unisinos com o Prof. Dr. André-Jean Arnaud. O professor francês, que transita nas áreas de Direito e Sociologia, abordará o tema **Estatuto epistemológico específico para estudos inter(trans)disciplinares**.

O evento é promovido pelo Programa Transdisciplinaridade do Planest, em parceria com os PPGs.

André-Jean Arnaud é Diretor Emérito de Pesquisa do Centro Nacional da Pesquisa Científica na França e Co-Diretor da Rede Européia Direito e Sociedade. É também Diretor do GEDIM – Programa Interdisciplinar de Globalização Econômica e Direitos no Mercosul; Doutor em Direito pela Universidade de Estrasburgo. Diplomado pelo Instituto de Direito e de Economia Comparados – Universidade de Estrasburgo. Diplomado pelo Instituto de Estudos Judiciários da Universidade d'Aix-Marseille. Formado em Letras Clássicas e Filosofia pela Universidade de Estrasburgo. Arnaud concedeu uma entrevista por e-mail ao **IHU On-Line**, abordando a questão transdisciplinar.

IHU On-Line- O que o Sr. entende por transdisciplinaridade?

André-Jean Arnaud- O prefixo "trans" supõe uma transgressão. Neste caso, trata-se de transgressão das fronteiras entre disciplinas, uma transgressão dos territórios disciplinares. Podemos supor que vários cientistas querem trabalhar sobre o mesmo objeto. A questão é a

seguinte: é possível uma transgressão dos métodos? Cada disciplina tem seus métodos. Pode-se falar em termos de transgressão metodológica? Isso tem sentido?

IHU On-Line- Quais as diferenças entre interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar?
André-Jean Arnaud- "Multi" é um fato: em termos pedagógicos, a Universidade é baseada sobre uma divisão dos saberes, ou seja, em várias disciplinas. Desta forma, a pesquisa organiza-se em setores especializados que requerem uma formação específica, um conhecimento científico particular. "Multi" é justaposição. "Inter" supõe uma vontade de diálogo. O problema é saber como estabelecer tal diálogo, e até que ponto é possível dialogar entre disciplinas. Isso pode-se fazer abandonando momentaneamente o objeto específico de cada disciplina em favor da constituição de um "campo" comum. As várias disciplinas tratam assim do mesmo objeto, mas cada uma com sua própria maneira de apreendê-lo. Como disse, "trans" supõe uma transgressão. Além de um "campo", trata-se aqui de um "projeto" comum. A construção de um projeto não pode ser baseada nas proposições que fundamentam as disciplinas, pois essas se referem à epistemologia positivista. A idéia do "projeto" supõe a adoção de postulados epistemológicos relevantes das epistemologias constitutivas.

IHU On-Line- Quais as conseqüências da fragmentação do conhecimento e por que a necessidade de romper com essa fragmentação?

André-Jean Arnaud- Trata-se de uma especialização sempre mais profunda que exige formações mais e mais sofisticada. Paradoxalmente, a vontade de "inter" ou transdisciplinariedade" poderia ser considerada como uma maneira de enfrentar e responder a esta fragmentação.

IHU On-Line- O que as universidades deveriam mudar com maior urgência para responder aos problemas do mundo de hoje?

André-Jean Arnaud- Pedir aos Professores e alunos para fazer um esforço no sentido de mudar as mentalidades, quando estão baseadas na visão da Universidade como um lugar de reprodução acrítica e simplesmente reprodutiva na transmissão do conhecimento, dos determinismos sociais e dos poderes estabelecidos. Portanto seria preciso:

- considerar o ensino universitário como um aprendizado não de saberes *prêt à porter*, mas sim de questionamentos sem respostas certas;
- introduzir sistematicamente a pesquisa de campo como modo de apreensão desses questionamentos;
- aprender a problematizar as questões;
- aprender a estruturar o pensamento;
- dar mais espaço ao aprendizado dos vários modos de expressão (literário, oral, visual, sonográfico, virtual...).

IHU On-Line- E o que a pesquisa deveria mudar com maior urgência?

André-Jean Arnaud- Favorecer as iniciativas de diálogo entre as disciplinas, bem como entre os tomadores de decisões e a sociedade civil no seio de cada sociedade, e também o diálogo fundamental entre as culturas. Seria muito importante desenvolver cada vez mais intercâmbios universitários com países de outras culturas, como é o caso da França, e do investimento que, com muita honra e prazer, aqui estamos tentando fazer com o apoio dos colegas e autoridades da Unisinos.

IHU Repórter traça o perfil de:

Paula Caleffi



Natural do bairro Petrópolis, Porto Alegre, Paula é uma das duas filhas do casal Caleffi e está casada há dez anos com Carlos Schwanke. Entre as lembranças mais fortes que guarda dos seus primeiros anos, encontra-se a experiência de velejar, aprendida junto a sua avó aos 3 anos de idade e que hoje continua como uma de suas grandes paixões. Paula é coordenadora do Curso de História, na Unisinos e articuladora do grupo temático Povos Indígenas da Área de Concentração Ética, Cultura e Cidadania do IHU.

Formação- Cursei economia na PUC, mas não terminei. Me formei em história pela PUCRS e depois, com uma bolsa da Capes, fui fazer doutorado em História de América, na Universidade Complutense, na Espanha.

Na Espanha- Fiquei cinco anos lá. Isso me trouxe uma experiência e maturidade muito grande. Há coisas muito difíceis, como as saudades da família e dos amigos e a enorme saudade da praia que lá não tem. Academicamente, aprendi muito. Na Europa, a história é ainda uma área de estudo masculina. Entre meus colegas, eu era a mais nova e mulher. Respeitavam-me, mas havia certa discriminação do tipo “deixemos ela falar, mas não tem muita coisa interessante”.

Autor- Fernando Pessoa e Robert Darton.

Livro- Memórias de Adriano, de Marguerite Yourcenar.

Filme: Frida, de Julie Taymor, pela intensidade da vida para o amor e para a dor e como isso o traduz na arte.

Uma paixão- Velejar.

Um presente: Perfume.

Nas horas livres- Sair para dançar, ir ao cinema, à academia.

A história- Fundamental na leitura do mundo.

Um grande sonho- Aproveitar intensamente a vida.

Questão indígena- Pessoalmente, uma opção de vincular o trabalho intelectual com a realização social. Politicamente, a questão mais difícil do País e da América latina.

Unisinos- Excelente local de trabalho.

IHU- Um grande potencial de ligação com a sociedade em geral.

Uma frase: “Entre o branco e o preto da vida existem muitos matizes de cores”.

AVISOS DA COORDENAÇÃO

Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade

Na última quarta-feira, dia 23 de abril, a Área de Concentração II do IHU – Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade, juntamente com seus Grupos Temáticos, foram pauta de reunião com a coordenação do IHU. Estiveram presentes o prof. Dáris Corbellini, Telmo Adams, prof. José Renato Soethe, profa. Ana Mercedes Sarria Icaza e prof. Derli Schmidt.

Humanismo para o século XXI

A coordenação do IHU esteve reunida, no dia 24 de abril, com a profa. psicóloga Concepción Concha Maiztegui, doutora em Educação do Ócio juntamente com Cláudio Gutierrez, professor de Educação Física no Centro de Ciências da Saúde da Unisinos. A Dra. Concepción Concha M. é professora na Universidad de Deusto, Bilbao, Espanha. Na ocasião o IHU foi presenteado com o livro *Humanismo para el siglo XXI – Propuestas para el Congreso Internacional*, organizado por Maria Luísa Amigo Fernández de Arroyabe e editado este ano pela Universidad de Deusto. Juntamente com o livro, foi entregue o CD-Room do Congresso acima referido, realizado em Bilbao, Espanha, durante os dias 4, 5, 6 e 7 de março deste ano.

INTERATIVO

Cartas do Leitor

Muito obrigado pelo envio do IHU On-line. Tenho recebido periodicamente as edições. O *IHU On-Line* tem trazido grande contribuição para meus estudos, pesquisa e ao trabalho junto aos universitários aqui em Goiânia.

Um grande abraço a todos e parabéns ao IHU pela iniciativa deste informativo. Isto realmente é algo bom, acadêmico e digno de uma instituição de ensino superior.

*Abraços indígenas,
João Índio,
Universidade Católica de Goiás,
Departamento de Filosofia e Teologia.*

Prezados Senhores,

Sou Iltomar Siviero, graduado em Filosofia. Quero, em primeiro lugar, parabenizá-los pela organização e expedição do Boletim IHU. Em segundo lugar, gostaria de cadastrar-me em vosso sistema de envio do boletim semanal. É possível?

*Certos de vossa atenção, agradeço antecipadamente.
Iltomar*

Gostaria de manifestar minha satisfação com a agilidade do IHU On-line, número 56. Parabéns à equipe pelo amplo material sobre o Pe. Clemente Steffen, uma bela homenagem ao "defensor da vida" e uma prova do crescimento desta publicação, insumo indispensável para a nossa comunidade acadêmica.

**Abraços,
Professor Miro Bacin
Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos**

Amigos da redação,

Um dos prazeres das minhas viagens quinzenais a São Leopoldo é a leitura do Boletim IHU, cujos exemplares me são gentilmente cedidos pela jornalista Sonia Montaño. Na condição de doutoranda do PPG de Comunicação, tenho tido a oportunidade de participar de aulas e seminários extremamente motivadores na Unisinos. O grupo de professores, do mais alto nível, ajuda a entreabrir as portas de variados aspectos do conhecimento, aumentando o desejo por mais leituras, maiores debates e o aprofundamento sempre constante do saber científico. A convivência com os colegas de turma, que aliam companheirismo, bom humor e seriedade intelectual; as visitas freqüentes à biblioteca ou as simples caminhadas pelas alamedas verdes do campus são outros prazeres que me motivam a enfrentar, a cada duas semanas, as quase 12 horas de ônibus entre Curitiba e São Leopoldo. O Boletim **IHU On-Line** tem sido uma satisfação adicional: um veículo que equilibra informação com formação de qualidade, tocando sempre nos assuntos mais importantes do momento e republicando o que de melhor foi editado na semana anterior. Trata-se de um serviço essencial para quem, como eu, que não tem tempo de navegar por todas as páginas. Resta-me apenas uma nota triste. Como meus compromissos familiares e profissionais me mantêm a maior parte do tempo em Curitiba, não posso participar dos eventos do Instituto Humanitas Unisinos. Tomo conhecimento da programação e seus "ecos" pelo próprio Boletim e sempre lamento minha ausência.

**Parabéns a todos pelo(s) trabalho(s) desenvolvido(s).
Elza Oliveira Filha
Jornalista, doutoranda do PPG em Comunicação da
Unisinos
Curitiba – Paraná**

Sala de Leitura



"Meu momento atual de leitura é para o livro KIYOSAKI, Robert. **Pai Rico, Pai Pobre**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 192 páginas. O livro mostra algumas idéias de como a forma de lidar com o dinheiro influencia as decisões que tomamos na vida. O autor apresenta o tema por meio de um diálogo entre um filho e seus "dois pais": o "pai pobre" e o "pai rico". O autor tenta mostrar que podemos fazer escolhas diferentes das que temos feito em nossas vidas, em relação a trabalho e lazer, por exemplo. O autor questiona o porquê de escolhermos formas padronizadas para levar a vida, como trabalhar com afinco, poupar, fazer empréstimos e pagar impostos demais. Segundo o autor, cada indivíduo tem o poder de determinar o destino do dinheiro que lhe chega às mãos. A escolha é de cada um. A cada dia, a cada nota, decidimos ser rico, pobre ou classe média".

**Profª. MS Denise Bandeira da Silva, mestre em Ciência
da Computação e**

coordenadora do Curso de Informática – Análise de Sistemas da Unisinos.



“O romancista, dramaturgo e poeta José Saramago reforça, a cada título lançado, o acerto que foi ter ganhado, em 1998, o Prêmio Nobel de Literatura. Em seu mais recente livro, SARAMAGO, José. **O homem duplicado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 316 páginas, o escritor português encanta novamente com seu texto brilhante, seus personagens tão verossímeis, a humanidade e o humanismo que permeiam mesmo os aspectos fantásticos da sua narrativa. No caso de *O homem duplicado*, o elemento fantástico – até nesses tempos tão próximos de clonagem – está justamente na história de um sossegado professor de História que, num fim de semana entediante na frente da tevê, descobre um ator com a sua cara. A surpresa e o descrédito dão início a uma busca minuciosa pelo *outro* e também pela *vida do outro*, comprovando que o professor e o ator são muito mais iguais do que apenas no físico. A partir daí, Saramago esmiúça os sentimentos dos protagonistas, fazendo pensar no que significa a individualidade nos dias de hoje. *O homem duplicado* é imperdível. De quebra, para nós, leitores brasileiros, ainda há o delicioso *sotaque luso*.”

Angela Rahde, graduada em Jornalismo, coordenadora de Jornalismo da Diretoria de Comunicação Social e Marketing da Prodesen, Unisinos



“Em um tempo de desavenças religiosas no Oriente, lembrei de um livro que vem mostrar que é possível a convivência pacífica entre as diferentes doutrinas: KESHAVJEE, Shafique **O Rei, O Sábio e o Bufão**. São Paulo: Novalexandria, 1999. Tradução de Luciano Vieira Machado, 176 páginas. O livro fala sobre as seis principais tradições religiosas por meio de uma fábula. Nela, o Rei de um país longínquo sente que algo não anda bem com seu povo. Todos pareciam amortecidos e precisavam de uma religião. Após ouvir os conselhos do Sábio e do Bufão, e motivado por um estranho sonho, o Rei decide convocar o “Grande Torneio das Religiões”. Nesse torneio, um judeu, um cristão, um muçulmano, um hindu, um budista e um ateu debatem seus pontos de vista. Um júri deveria decidir qual seria a melhor religião para o povo. Não conseguindo, a decisão é do Rei. Este, por sua vez, decide que cada membro de seu povo teria a liberdade para decidir qual a melhor crença para si”.

Lauro Edeberto de Souza, integrante da Área de Concentração Teologia Pública do IHU, e atendente do Posto de Atendimento do Centro de Ciências Humanas; atualmente cursa Teologia na Faculdade La Salle

Meu Clássico

O clássico da prof^a. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, professora do PPG de História, do centro de Ciências Humanas é Roger Chartier. Eloisa Capovilla é doutora em História, pela UFRGS, com tese intitulada: **O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras.**

Roger Chartier



O historiador francês Roger Chartier nasceu em Lyon, em 1940. Catedrático de História, desde 1969, é diretor de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, desde 1984 e doutor *honoris causa* pela Universidade Carlos III de Madrid.

“Chartier é um dos diversos autores que poderia mencionar como meus preferidos. Ele trabalha na linha da história cultural que tem como um dos seus objetivos privilegiados as representações do mundo social, identificando o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social específica é construída e pensada. Para mim, Roger Chartier é um dos que melhor definiu a questão da representação. A representação é aquilo que mostra a figura ausente, é sempre simbólica: uma bandeira representa o Brasil, por exemplo”.

Sua obra

A obra dele que citaria é ***História cultural: entre práticas e representações***. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand do Brasil, 1990. Nela, ele defende a possibilidade de pensar uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos ou, em outras palavras, das representações do mundo social que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse". A noção de representação social favorece a articulação de três modalidades de relação com o mundo social: "o trabalho de classificação e delimitação, que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos;" "as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significa, simbolicamente, um estatuto e uma posição;" "as formas institucionalizadas e objetivadas, graças às quais uns 'representantes' marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade".

A análise das representações na História Cultural refere-se às "classificações e exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço (...) historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) ...Portanto, a História Cultural volta-se, também, para os estudos dos processos com os quais se constrói um sentido, dirigindo-se às práticas que, de forma plural e contraditória, dão significado ao mundo.

Eloísa Capovilla e Roger Chartier

Eu também acredito que a história tem muito de representação. Na história, o fato é único e o restante é tudo representação. Na minha tese, trabalhei as representações que os alemães e teuto-brasileiros construíram para si na sociedade de São Leopoldo. Também tenho pesquisado sobre a questão da identidade, que, como a representação, é construída pelo olhar que vê e por aquele que se mostra. Atualmente, estou pesquisando sobre os açorianos. A pesquisa busca ver a representação que historiadores e literatos dos séculos XVIII a XX fazem dos açorianos.

Erramos:

Erramos duas vezes ao grafar o nome do assessor do Ciclo de Estudos Ética, Religião e Sociedade Sustentável. O nome correto dele é Luiz Jacques Saldanha. Ao grafarmos o seu nome como Luis erramos uma segunda vez ao omitirmos o acento.

Continuamos a fazer um grande esforço buscando melhorar o nosso serviço de revisão. Agradecemos a compreensão de nossos (as) leitores(as) e pedimos para que nos ajudem a melhorar o nosso trabalho. Desde já lhes agradecemos.

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é o boletim semanal do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) com uma versão eletrônica enviada por e-mail nas segundas-feiras, ao meio-dia, e uma versão impressa que é distribuída, no final da tarde de segunda-feira, internamente na Universidade. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Coordenadora adjunta: Prof^a Ms. Vera Regina Schmitz. Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montañó e Graziela Wolfart. Revisão: Mardilê Friedrich Fabre. Fone: 5903333 ramal 1173 ou 1195. E-mail: lhuinfo@poa.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS